



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria de Políticas de Segurança Pública

MODELO ORIENTATIVO PLANO DE APLICAÇÃO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2022

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2022

1. EIXO FINANCIADO: FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
MODALIDADE DE TRANSFERÊNCIA: FUNDO A
FUNDO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2022

2. INFORMAÇÕES DO ORGÃO RECEBEDOR

Unidade Federativa - Piauí

Lei de criação do Fundo Estadual - Lei Estadual 7.156 de 2 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí em 26 de novembro de 2018 página 02

CNPJ do Fundo Estadual ou Distrital - 32.925.161/0001-82

Dados do responsável pelo Fundo Estadual de Segurança Pública:

Nome - Rubens da Silva Pereira

Cargo – Secretário Estadual de Segurança Pública

CPF - 641.770.929-91

Contato: 86 9946-32236; gabinetessppi@gmail.com

Dados do responsável pela gestão do Fundo Estadual de Segurança Pública:

Dados do responsável pelo Fundo Estadual de Segurança Pública:

Nome - Rubens da Silva Pereira

Cargo – Secretário Estadual de Segurança Pública

CPF - 641.770.929-91

Contato: 86 9946-32236; gabinetessppi@gmail.com

Contatos da equipe responsável pela elaboração do Plano de Aplicação:

Nome – Martinho Rodrigues de Vasconcelos Neto

Cargo – Gerente de Gestão do SUSP

CPF - 88318389387

Contato: 86 981653180; martinhovneto@gmail.com Contato: e-mail e telefone.

3. RECURSO DESTINADO

FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Valores

Investimento: R\$ 18.592.367,11 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e sete trinta reais e onze centavos)

Custeio: R\$ 7.968.157,34 (sete milhões, novecentos e sessenta e oito mil, cento e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos)

Valor Total: R\$ 26.560.524,45 (vinte e seis milhões, quinhentos e sessenta mil, quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos)

4. METAS GERAIS PLANEJADAS.

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR

VALOR TOTAL DA META: R\$ 10.300.983,45

AÇÃO 1 (META PM): AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO PARA A PM-PI – Valor da Ação: R\$ 2.740.000,00

AÇÃO 2 (META PM): AQUISIÇÃO DE EPIS PARA A PM-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 4.540.983,45

AÇÃO 3 (META PM): AQUISIÇÃO GUARDIÃO E MÓDULO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA A PM-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 1.900.000,00

AÇÃO 4 (META PM): AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO OPERACIONAL PARA A PM-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 1.120.000,00

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL

VALOR TOTAL DA META: R\$ 5.542.741,90

AÇÃO 5 (META PC) : AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 3.025.000,00

AÇÃO 6 (META PC): AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO PARA A PC-PI – Valor da Ação: R\$ 1.500.000,00

AÇÃO 7 (META PC): AQUISIÇÃO DE PROJETO DO PRÉDIO DA NOVA SEDE DA POLÍCIA CIVIL PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 150.000,00

AÇÃO 8 (META PC): AQUISIÇÃO DE DRONES PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 61.000,00

AÇÃO 9 (META PC): AQUISIÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 525.000,00

AÇÃO 10 (META PC): AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E DISTINTIVOS PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 196.741,90

AÇÃO 11 (META PC): AQUISIÇÃO DE ALGEMAS PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 85.000,00

META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

VALOR TOTAL DA META: R\$ 3.389.236,88

AÇÃO 12 (META BM): AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO- Valor da Ação - R\$ 1.180.236,88

AÇÃO 13(META BM): AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR - VALOR DA AÇÃO - R\$ 318.500,00

AÇÃO 14 (META BM): AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO - VALOR DA AÇÃO - R\$ 1.890.500,00

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICO

VALOR TOTAL DA META: R\$ 3.003.011,33

AÇÃO 15 (META DPTC): AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ANALÍTICOS PARA UTILIZAÇÃO EM PERÍCIA FORENSE VALOR DA AÇÃO - R\$ 1.250.000,00

AÇÃO 16 (META DPTC): MODERNIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANATOMOPATOLOGIA - VALOR DA AÇÃO - R\$ 400.000,00

AÇÃO 17 (META DPTC): AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUXILIARES DE PRESERVAÇÃO E ANÁLISE DE LOCAL DE CRIME – VALOR DA AÇÃO - R\$ 530.000,00

AÇÃO 18 (META DPTC): AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FOTOGRÁFICOS PARA UTILIZAÇÃO EM PERÍCIA FORENSE – VALOR DA AÇÃO: R\$ 165.000,00

AÇÃO 19 (META DPTC): AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO PARA EXTRAÇÃO DE DADOS DE INTERESSE FORENSE (SOFTWARE E LICENÇA PARA 3 ANOS) - VALOR DA AÇÃO - R\$ 430.000,00

AÇÃO 20 (META DPTC): SOFTWARE PARA MAPEAMENTO 3D POR FOTOGAMETRIA E MEDIÇÕES (LICENÇA PERPÉTUA) - VALOR DA AÇÃO 10 - R\$ 30.000,00

AÇÃO 21 (META DPTC): AQUISIÇÃO DE INSUMOS PAPILOSCÓPICOS FORENSES - VALOR DA AÇÃO - R\$ 198.011,33

META GERAL 5: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Valor Total da Meta: R\$ 4.324.550,89

AÇÃO 22 (META SSP): : AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA SSP- VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 1.000.000,00

AÇÃO 23(META SSP): AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA SSP- VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 1.000.000,00

AÇÃO 24(META SSP): CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA PERÍCIA FORENSE PARA SSP – VALOR DA AÇÃO 3: R\$ 357.373,73

AÇÃO 25(META SSP): ESTRUTURAÇÃO DA DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA - VALOR DA AÇÃO 4: R\$ 1.967.177,16

5. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO DAS AÇÕES

5.1. META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR:

AÇÃO 1 (META PM): AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO PARA A PM-PI: R\$ 2.740.000,00

Contextualização do problema:

Foi prevista a aquisição de armamento para as forças de segurança do Estado do Piauí, nos anos de 2019, 2020 e 2021. No entanto, o quantitativo não Foi suficiente para suprir as necessidades da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar. A aquisição atual teria a intenção de renovar o armamento disponível, possuir uma reserva técnica, além de modernizar e especializar o armamento utilizado pelas forças. A SSP/PI com foco na melhoria contínua de suas capacidades organizacionais, cuja premissa básica e objetivo maior é atender as necessidades e expectativas dos destinatários de seus serviços, vem buscando o aprimoramento de suas ações e a otimização de seus trabalhos.

Dentro desta perspectiva, é fundamental que a um profissional de segurança pública, esposado e ciente de suas responsabilidades perante o público, seja dado condições de prestar seus serviços com a excelência e probidade que a população confia e espera. Sem desprezar seu inescusável respeito aos direitos humanos, à participação social e à manutenção qualitativa e quantitativa das capacidades humanas, é razoável afirmar que um policial bem equipado, portando armamentos desenvolvidos com tecnologias inovadoras, contribui para a prestação de serviços cada vez mais qualificados. É neste sentido que a SSP/PI se vê no imperioso compromisso de prover suporte logístico adequado a seu efetivo policial para o fiel e satisfatório cumprimento de sua missão institucional.

Neste sentido a constante renovação da reserva de armamento das instituições de segurança pública dá ao profissional a confiabilidade necessária para evoluir em ocorrência e cumprimento de mandados pelo caminho da negociação (Banton, 1964; Muir, 1977; Fielding, 1984; Bittner, 1990). Neste contexto equipamento confiável traz ao profissional a possibilidade de uma resolução restaurativa de conflitos sociais.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

As instituições de segurança do estado do Piauí carecem de uma padronização de calibres e renovação de armamento de uso pessoal, tal como pistolas. Em levantamento feito pela PM e GAM/PC, mais de 60% das pistolas das corporações são de modelos descontinuados pelos seus fabricantes, dificultando assim a manutenção do armamento.

Em que pese a anterior previsão de compra de armamento, a meta da SSP/PI é prover 1 arma adequada para cada operador de segurança pública.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital:

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

XXIII - priorizar políticas de redução da letalidade violenta;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

- Redução:

e) da vitimização dos profissionais de segurança pública;

- Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social;

- Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A necessidade primeva é de manter a quantidade de armamento suficiente para que cada operador de segurança pública que o necessite, tenha armamento atualizado e pronto emprego para citações que se fizerem necessárias, realidade hoje não existente no Estado do Piauí. Além disso, existe a necessidade de manter o contingente devidamente armado para pronto emprego nas instituições militares e na Polícia Civil, garantirá mais variedades de recursos ao policial quando de serviço para este selecionar entre os seus meios necessários aquele compatível para restabelecer a ordem pública, repelir injusta agressão com instrumentos e armas letais e garantir a integridade física tanto do policial, como de cidadãos de bem.

A segurança do policial e da população em geral, com um armamento adequado, seguro, em condições de funcionamento adequado, e preparado para quaisquer eventualidades na execução de seu trabalho na segurança da população. Ainda, espera-se com a aquisição ampliar a segurança em situações de enfrentamento direito, onde o profissional de segurança pública precisa estar preparado para uma resposta efetiva e proporcional.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados:

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação:

O reaparelhamento da Polícia Militar nesta fase se dará por meio da aquisição de pistolas no calibre 9mm e armamento menos letal, os quais serão distribuídas em todo o Estado por sua Diretoria de Patrimônio, conforme demanda planejada pelo comandante geral. Com a ampliação da garantia da aplicação dos meios do monopólio estatal da segurança, bem como da possibilidade de ampliação de treinamento buscar-se-á ampliar a capacidade de atuação dos profissionais de segurança pública em todo o estado.

Indicadores:

Número de pistolas calibre 9mm e armamento menos letal entregues aos Policiais Militares da ativa.

Resultados Esperados:

Disponibilizar pistolas calibre 9mm e armamento menos letal para policias militares lotados no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração:

Por meio de relatório de substituição de armamento expedido pela PM/PI e PC/PI.

EXTRATO DA AÇÃO 1 (PM):

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 1 (META1): AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO PARA A PM-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 2.740.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	Polícia Militar
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: R\$ 2.740.000,00 Custeio: 0
Metas Específicas	- PISTOLAS 9MM PARA A PM-PI - VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 2.500.000,00 - ARMAMENTO MENOS LETAL PARA A PM-PI - VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 240.000,00
Resultados Esperados	Disponibilizar pistolas calibre 9mm para policias militares lotados no interior e na região metropolitana.
Formas de Mensuração	Por meio de relatório de substituição de armamento expedido pela PM/PI e PC/PI.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;
CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

5.2. AÇÃO 2 (META PM): AQUISIÇÃO DE EPIS PARA A PM-PI - VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 4.540.983,45

Contextualização do problema;

Foi prevista a aquisição de coletes balísticos e itens de vestimenta, como cintos de guarnição para as forças de segurança do Estado do Piauí, nos anos de 2019 e 2020. No entanto, o quantitativo não foi suficiente para suprir as necessidades da Polícia Militar, que tem como uma de suas principais funções o enfrentamento diário de situações de risco. A aquisição atual teria a intenção de renovar a quantidade disponível, além de modernizar o equipamento utilizado pela PM-PI. A SSP/PI com foco na melhoria contínua de suas capacidades organizacionais, cuja premissa básica e objetivo maior é atender as necessidades e expectativas dos destinatários de seus serviços, vem buscando o aprimoramento de suas ações e a otimização de seus trabalhos.

Dentro desta perspectiva, é fundamental que a um profissional de segurança pública, esposado e ciente de suas responsabilidades perante o público, seja dado condições de prestar seus serviços com a excelência e máxima segurança. É neste sentido que a SSP/PI se vê no imperioso compromisso de prover suporte logístico adequado a seu efetivo policial para o fiel e satisfatório cumprimento de sua missão institucional. Além disso, os bastões retráteis representam uma maior agilidade na resposta policial quando estritamente necessário o uso da força. O Colete Balístico também é obrigatório para o desempenho da função policial, esse equipamento tornará possível a realização do policiamento ostensivo com segurança e um mínimo de proteção num confronto armado para os 1000 (mil) policiais militares em formação que servirão no interior do estado do Piauí

Análise diagnóstica do problema;

As instituições de segurança do estado do Piauí carecem de uma constante adequação e renovação de equipamentos de proteção individual. O efetivo atual da PM-PI será encrementado nos próximos anos com novos policiais que logo estarão prontos para o serviço de enfrentamento à criminalidade. Logo, não é surpresa que há uma necessidade crescente na distribuição de equipamentos que garantam que o trabalho das forças sejam feitos com segurança, garantindo maior amparo aos seus policiais.

A PMPI atua nos 224 municípios do Estado do Piauí, contando atualmente com um efetivo aproximado de 6.000 policiais militares, com o acréscimo de 1000 policiais militares. Portanto, há a necessidade de aquisição de equipamentos de coletes balísticos para a proteção individual para cada um deles.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

XXI - estimular a criação de mecanismos de proteção dos agentes públicos que compõem o sistema nacional de segurança pública e de seus familiares;

XXIII - priorizar políticas de redução da letalidade violenta;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

- Redução:

e) da vitimização dos profissionais de segurança pública;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social;

- Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

Colete Balístico, cintos de guarnição, capacetes, bastões retráteis e monóculos de visão noturna, são itens obrigatórios no exercício do policiamento ostensivo, pois em grandes tumultos ou mesmo em confrontos armados se tornam uma proteção para o agente policial e mecanismos de resposta efetiva e não letal, no caso dos bastões. Nesse sentido, dotar todos os policiais militares desses EPIS é obrigação do Estado, para assegurar a vida de seu policial militar. A necessidade primeira é de manter a segurança do operador de segurança pública que diariamente enfrenta situações de risco, necessitando, portanto, de equipamentos modernos que possam efetivar essa proteção ao máximo possível.

A segurança do policial, com um equipamento de proteção individual adequado, seguro, em condições de utilização adequada, e preparado para quaisquer eventualidades na execução de seu trabalho na segurança da população. Ainda, espera-se com a aquisição ampliar a segurança em situações de enfrentamento direto, onde o profissional de segurança pública precisa estar preparado e protegido para garantir uma resposta efetiva.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

O equipamentos será destinados ao policiais militares em formação, que será distribuídos nas municípios do interior do estado do Piauí.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da Polícia Militar nesta fase se dará por meio da aquisição de EPIS, que serão distribuídos em todo o Estado por sua Diretoria de Patrimônio, conforme demanda planejada pelo comandante geral. Com a ampliação da garantia da aplicação dos meios do monopólio estatal da segurança, bem como da possibilidade de ampliação de treinamento buscar-se-á ampliar a capacidade de atuação dos profissionais de segurança pública em todo o estado.

Indicadores;

Número de EPIs entregues aos Policiais Militares da ativa.

Resultados Esperados;

Disponibilizar os EPIs para policias militares lotados no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Por meio de relatório de substituição e distribuição de EPIs expedidos pela PM/PI e PC/PI.

Extrato da ação;

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 2 (META1): AQUISIÇÃO DE EPIs PARA A PM-PI - VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 4.540.983,45	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	Polícia Militar
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: R\$ 2.440.000,00
	Custeio: R\$ 2.100.983,45
Metas Específicas	- AQUISIÇÃO DE EPIs (COLETE BALÍSTICO IIIA) PARA A PM-PI - VALOR: R\$ 2.000.000,00 - AQUISIÇÃO DE EPIs (MONÓCULO VISÃO NOTURNA) PARA A PM-PI – VALOR: R\$ 440.000,00 - AQUISIÇÃO DE EPIs (CINTO DE GUARNIÇÃO COMPLETO COM ALGEMAS) PARA A PM-PI - VALOR: R\$ 1.050.000,00 - AQUISIÇÃO DE EPIs (BASTÃO RETRÁTIL) PARA A PM-PI - VALOR: R\$ 800.000,00 - AQUISIÇÃO DE EPIs (CAPACETE PARA EVENTOS) PARA A PM-PI – VALOR: R\$ 250.983,45
Resultados Esperados	Disponibilizar os EPIs para policias militares lotados no interior e na região metropolitana.
Formas de Mensuração	Por meio de relatório de substituição e distribuição de EPIs expedidos pela PM/PI e PC/PI.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamentode Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

4.4. AÇÃO 3 (META PM): AQUISIÇÃO GUARDIÃO E MÓDULO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA A PM-PI - VALOR DA AÇÃO 5: R\$ 1.900.000,00**Contextualização do problema;**

A vigilância eletrônica hoje é ferramenta necessária para nortear o combate à criminalidade pela polícia militar. Monitorar atitudes suspeitas , acompanhar ações criminosas , orientar o policiamento no teatro de operações é possível com maior eficácia através de sistemas inteligentes que possam identificar pessoas e atitudes suspeitas, fazendo assim a prevenção uma arma importante para o combate à criminalidade.

A SSP-PI tem investido desde 2020 na modernização de equipamentos capazes de processar dados suficientes na agilidade de informações hoje necessárias ao desempenho satisfatório do trabalho policial. No entanto, a aquisição desse tipo de software não havia contemplado o serviço de inteligência da Polícia Militar.

Análise diagnóstica do problema;

Sabe-se que o mundo moderno exige que as instituições públicas atuem de maneira satisfatória na sua atualização sobre novas tecnologias e a segurança pública deve ser um dos pilares na utilização de novas ferramentas, buscando dar uma resposta rápida e eficaz sempre que necessário. Além disso, cresce a cada dia os mecanismos de práticas criminosas, além de ser evidente o aumento na necessidade de se aplicar ferramentas que auxiliem na identificação e na resposta rápida à ocorrências do dia a dia policial. A ação é inédita na Polícia Militar do Piauí, necessitando assim sua urgente implantação para melhoria da sua atuação junto à população no combate à criminalidade, pois hoje a PMPI não dispõe do sistema proposto na referida ação.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

- I - fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes;
- III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;
- XXIII - priorizar políticas de redução da letalidade violenta;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

- II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

- Redução:

- e) da vitimização dos profissionais de segurança pública;

- Melhoria da:

- b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social;
- Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

Prover equipamentos e materiais de ponta aos policiais militares que desenvolvem atividades operacionais e de inteligência na PMPI. Dotar a PMPI de condições tecnológicas para o bom desempenho de sua função de combate ao crime com sistemas de vigilância e reconhecimento facial. O equipamentos objeto dessa ação é necessário para a nortear a execução e comprimento da atividade policial.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

O sistema deverá ser implantado na capital do Estado do Piauí

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da Polícia Militar nesta fase se dará por meio da aquisição do sistema guardião e módulo de inteligência artificial, que será aplicado na capital do Estado, por sua Diretoria de Patrimônio, conforme demanda planejada pelo comandante geral. Com a ampliação da garantia da aplicação dos meios do monopólio estatal da segurança, bem como da possibilidade de ampliação de treinamento buscar-se-á ampliar a capacidade de atuação dos profissionais de segurança pública, principiamente da Polícia Militar do Estado, que irá operar o sistema pela primeira vez.

Indicadores;

Número de módulos do guardião implementados na PM.

Resultados Esperados;

Disponibilizar o sistema guardião e o módulo de inteligência artificial para a PM-PI, sobretudo aos policiais lotados na Capital do Estado, Teresina.

Formas de mensuração;

Por meio de relatório de das ações e dos resultados de utilização do sistema expedido pela PM/PI.

Extrato da ação;

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 3 (META1): AQUISIÇÃO GUARDIÃO E MÓDULO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA A PM-PI - VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 1.900.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	Polícia Militar

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento: R\$ 1.900.000,00 Custeio: 0
Metas Específicas	Aquisição de 1 Sistema GUARDIÃO E MÓDULO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL; Valor: R\$ 1.900.000,00
Resultados Esperados	Disponibilizar o sistema guardião e o módulo de inteligência artificial para a PM-PI, sobretudo aos policiais lotados na Capital do Estado, Teresina.
Formas de Mensuração	Por meio de relatório de das ações e dos resultados de utilização do sistema expedido pela PM/PI.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamentode Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

4.5. AÇÃO 4 (META PM): AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO OPERACIONAL PARA A PM-PI - VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 1.120.000,00

Contextualização do problema;

O desempenho das atribuições constitucionais e legais, de exercício do poder de polícia pelos agentes de Segurança Pública, pressupõe interação direta com os cidadãos e a pronta identificação dos agentes pelos cidadãos.

O uniforme, portanto, desponta como elemento de comunicação visual primordial para a consecução da necessária identificação pelos cidadãos e a consequente legitimação do poder de polícia e prerrogativas institucionais o porte aberto de armas de fogo, franco acesso aos locais sob fiscalização do órgão; a prioridade nos meios de transporte e comunicação.

Assim, o uniforme é, antes de tudo, um equipamento de proteção individual de suma importância, com características e propriedades que objetivam à proteção aos riscos acidentários.

As condições de trabalho enfrentadas pelos agentes de segurança são severas. Eles estão expostos aos mais diversos tipos de riscos: atropelamento, exposição à radiação solar nociva, intempéries, produtos químicos, incêndios, explosões, disparos de arma de fogo etc. Esses riscos podem e devem ser atenuados pelo uso de um uniforme adequado. Em outra perspectiva, a utilização de um uniforme antigo e desgastado não privilegiava a percepção de segurança dos cidadãos, não propagando os valores de polícia cidadã e de proximidade.

Análise diagnóstica do problema;

Existe uma necessidade constante de renovação dos fardamentos das instituições de segurança pública. Conforme a lei o ideal é que cada operador tenha no mínimo 2 fardamentos novos a cada ano, o que previne o desbotamento e a aparência púida que pode desdesignificar o operador. Desta forma, a intenção de aquisição total nesta ação, mesmo que ela perdure pelos demais exercícios financeiros, é de adquirir 8 mil fardamentos para a PM/PI, já incluindo os 1000 (mil) policiais militares que serão formados.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

XXIII - priorizar políticas de redução da letalidade violenta;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

- Redução:

e) da vitimização dos profissionais de segurança pública;

- Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social;

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

- Incremento da percepção subjetiva de segurança.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

Apesar das aquisições nos planos de ação anteriores de fardamento, o efetivo das forças de segurança não possui ainda o ideal de 2 fardamentos novos por homem. Tal situação traz uma percepção de degradação das forças de segurança pelo público, motivo pelo qual intenta-se a aquisição conforme descrito acima.

Atualmente os agentes de segurança pública recebem fardamentos que com o passar do tempo se tornam inutilizáveis pelos desgastes do próprio uso diário ou até mesmo por ações de intervenções inerentes as atividades do profissional.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação;

Aceitação, Recebimento e liberação para distribuição dos fardamentos conforme levantamento feito pelas assessorias da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar e da Secretaria de Segurança Pública, sobre a necessidade de cada Instituição que compõe a segurança pública do Estado. Após execução orçamentária e financeira, os objetos adquiridos serão distribuídos para os profissionais de segurança pública conforme a necessidade.

Indicadores;

Número de fardamentos adquiridos e disponibilizados aos Policiais Militares da ativa.

Resultados Esperados;

Disponibilizar Vestimentas adequadas para toda corporação no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Relatório circunstanciado da entrega do uniforme para o efetivo das forças de segurança, com o respectivo registro do bem na Instituição de Segurança.

Extrato da ação;

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 4 (META1): AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO OPERACIONAL PARA A PM-PI - VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 1.120.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	Polícia Militar
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Investimento:
	Custeio: R\$ 1.120.000,00
Metas Específicas	Aquisição de 2000 FARDAMENTO OPERACIONAL PARA A PM-PI; Valor: R\$ 1.120.000,00
Resultados Esperados	Disponibilizar Vestimentas adequadas para toda corporação no interior e na região metropolitana.
Formas de Mensuração	Relatório circunstanciado da entrega do uniforme para o efetivo das forças de segurança, com o respectivo registro do bem na Instituição de Segurança.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamentode Bens;
--	---	--	---------------------------	--	--

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

5. META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL

6.1 AÇÃO 5 (META PC) : AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 3.025.000,00

Contextualização do problema;

É cediço que, embora já tenha ocorrido investimento nessa área, a política de renovação da frota visa completar os claros decorrentes da exclusão das viaturas mais velhas, bem como substituir aquelas que começam a apresentar problemas crônicos de manutenção, cujo custo inviabiliza a permanência na frota, uma vez que a despesa anual relativa a reforma de veículo oficiais não poderá exceder a limites antieconômicos.

É importante destacar que as viaturas policiais são submetidas a condições severas de trabalho, vez que são empregadas diuturnamente por motoristas e equipes policiais que se revezam, além do mais, percorrem os mais variados tipos de terrenos, desde áreas nobres, com excelentes níveis de infraestrutura, até as localidades mais carentes, que não possuem, sequer, pavimentação nas vias. Acrescente que, por vezes, as viaturas são exigidas diante da necessidade da realização de deslocamentos e manobras rápidas, especialmente em situações emergenciais, que impliquem riscos à segurança dos policiais e da sociedade, fatores que, somados, contribuem para abreviar a vida útil das viaturas.

Para fazer frente às necessidades operacionais da Instituição, faz-se necessária a aquisição de viaturas policiais, compreendidas como veículos devidamente adaptados. Ainda faz coro ao aqui apresentado recente auditoria do TCE/PI diagnosticando a urgente necessidade de renovação da frota da SSP/PI, PC/PI, PM/PI e CBM/PI, o que se presta a realizar com a presente ação."

Análise diagnóstica do problema;

Neste contexto apresentamos excerto de relatório de auditoria do TCE/PI:

Tomados como amostra o período de janeiro a março de 2020, os relatórios de abastecimento de veículos demonstram que a realização de despesas de caráter antieconômico com manutenção acima de 50% do valor de mercado do veículo. Tomou-se como referência o valor registrado na Tabela FIPE para o mesmo período, adotando-se como critério de antieconomicidade os gastos de manutenção realizados acima de 50% do valor estabelecido na referida tabela. Em razão de alguns modelos possuírem versões diferentes, adotou-se como referência a versão com maior valor.

Dessa forma, foram encontrados exemplos de despesas em percentual antieconômico com a manutenção de veículos, conforme segue: [...]

Além desses veículos, outros foram enquadrados na mesma situação, no Relatório da Diretoria de Fiscalização Especializada (DFESP) deste Tribunal (Processo TC/000610/2020). O Decreto Estadual no 14.386/2011, que disciplina a aquisição, locação e controle dos veículos oficiais do Poder Executivo estabeleceu, em seu artigo 10, algumas situações em que poderá ocorrer a renovação total ou parcial da frota, adotando como critério a economicidade. Dentre as situações listadas inclui em seu inciso IV: "histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão, em breve prazo, percentual antieconômico".

Desta feita a aquisição de viaturas por parte do Sistema de Segurança do Piauí é medida urgente.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

XXIII - priorizar políticas de redução da letalidade violenta;

XXIV - fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

- Redução:

e) da vitimização dos profissionais de segurança pública;

– Melhoria da:

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Razões para que o problema seja alvo de intervenção:

A aquisição de viaturas incrementa o pronto atendimento à população, bem como otimiza o cumprimento de mandados e investigações policiais.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação;

A ação contemplará cidades estratégicas do interior do Piauí, posicionadas em regiões geográficas que abrangem o estado de maneira relevante para o atendimento à população. As cidades de Canto do Buriti, Paulistana e Barras, Simões e Simplício Mendes, conforme a necessidade e déficit a ser apresentado pela Delegacia Geral do Estado do Piauí. O reaparelhamento da Polícia Civil nesta fase se dará por meio da aquisição de veículos, os quais serão distribuídas para Delegacias de Polícia sem veículos adequados para cumprimento de mandados, diligências e investigação. Com a ampliação dos meios, buscar-se-á ampliar a atuação da polícia judiciária, além de auxiliar no transporte seguro de detidos.

Indicadores;

Número de viaturas entregues para a Polícia Civil do Estado do Piauí.

Resultados Esperados;

Disponibilização de viaturas para a polícia no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Por meio de relatório de substituição e distribuição de viaturas expedido pela PC/PI.

Extrato da ação;

Cronograma físico-financeiro.

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 5 (META PC): AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 3.025.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA CIVIL
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 3.025.000,00 CUSTEIO: XXX Valor total da ação: R\$ 3.025.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	- AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VIATURA PARA PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 1.750.000,00 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE DETIDOS PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 1.050.000,00 - AQUISIÇÃO DE VIATURA DESCARACTERIZADA PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 225.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização de viaturas para a polícia no interior e na região metropolitana.
Formas de Mensuração	Por meio de relatório de substituição e distribuição de viaturas expedido pela PC/PI.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;
-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	--------------------

6.3

AÇÃO 6 (META PC): AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO PARA A PC-PI - R\$ 1.500.000,00

Contextualização do problema;

A SSP/PI com foco na melhoria contínua de suas capacidades organizacionais, cuja premissa básica e objetivo maior é atender as necessidades e expectativas dos destinatários de seus serviços, vem buscando o aprimoramento de suas ações e a otimização de seus trabalhos.

Dentro desta perspectiva, é fundamental que a um profissional de segurança pública, esposado e ciente de suas responsabilidades perante o público, seja dado condições de prestar seus serviços com a excelência e probidade que a população confia e espera. Sem desprezar seu inescusável respeito aos direitos humanos, à participação social e à manutenção qualitativa e quantitativa das capacidades humanas, é razoável afirmar que um policial bem equipado, portando armamentos desenvolvidos com tecnologias inovadoras, contribui para a prestação de serviços cada vez mais qualificados. É neste sentido que a SSP/PI se vê no imperioso compromisso de prover suporte logístico adequado a seu efetivo policial para o fiel e satisfatório cumprimento de sua missão institucional.

Frequentemente, policiais em operação são submetidos a ameaças por arma de fogo, que colocam suas vidas em risco, bem como a de terceiros inocentes, autorizando o emprego da força em legítima defesa própria ou de terceiros.

Sobre a aquisição de munições, constata-se com as reiteradas aquisições ocorridas nos últimos anos, a real necessidade do fornecimento de munição para os policiais em atividade permitindo-os estar devidamente preparados para repelir injusta agressão a própria vida, ou de terceiros, de maneira efetiva e diminuindo os danos colaterais.

Há que se destacar que as munições destinadas aos órgãos de segurança pública têm aplicação muito distinta das munições projetadas para emprego militar, cuja destinação, em geral, é causar o maior dano possível. Já as organizações de segurança pública têm o distinto dever de preservar a vida, "A SSP/PI com foco na melhoria contínua de suas capacidades organizacionais, cuja premissa básica e objetivo maior é atender as necessidades e expectativas dos destinatários de seus serviços, vem buscando o aprimoramento de suas ações e a otimização de seus trabalhos.

Dentro desta perspectiva, é fundamental que a um profissional de segurança pública, esposado e ciente de suas responsabilidades perante o público, seja dado condições de prestar seus serviços com a excelência e probidade que a população confia e espera. Sem desprezar seu inescusável respeito aos direitos humanos, à participação social e à manutenção qualitativa e quantitativa das capacidades humanas, é razoável afirmar que um policial bem equipado, portando armamentos desenvolvidos com tecnologias inovadoras, contribui para a prestação de serviços cada vez mais qualificados. É neste sentido que a SSP/PI se vê no imperioso compromisso de prover suporte logístico adequado a seu efetivo policial para o fiel e satisfatório cumprimento de sua missão institucional.

Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):

As instituições de segurança do estado do Piauí carecem de uma padronização de calibres e renovação de armamento de uso pessoal, tal como pistolas. Em levantamento feito pela PM e GAM/PC, mais de 60% das pistolas das corporações são de modelos descontinuados pelos seus fabricantes, dificultando assim a manutenção do armamento.

Em que pese a anterior previsão de compra de armamento, a meta da SSP/PI é prover 1 arma adequada para cada operador de segurança pública, no caso mil pistolas para a PM/PI e 3 mil pistolas para a PC/PI.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

XXIII - priorizar políticas de redução da letalidade violenta;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

- Redução:

e) da vitimização dos profissionais de segurança pública;

– Melhoria da:

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da Polícia Civil nesta fase se dará por meio da aquisição de pistolas no calibre 9mm, os quais serão distribuídas em todo o Estado por sua Gerência de Armamento (GAM), conforme demanda planejada pelo delegado geral. Com a ampliação da garantia da aplicação dos meios do monopólio estatal da segurança, bem como da possibilidade de ampliação de treinamento buscar-se-á ampliar a capacidade de atuação dos profissionais de segurança pública em todo o estado.

Indicadores;

Número de pistolas calibre 9mm e de quantidade de munições entregues aos Policiais Civis do Estado do Piauí.

Resultados Esperados;

Disponibilizar pistolas calibre 9mm e munições para policias civis lotados no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Por meio de relatório de substituição de armamento e entrega de munição expedido pela PC/PI.

Extrato da ação;

Cronograma físico-financeiro.

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 6 (META PC): AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO PARA A PC-PI - R\$ 1.500.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA CIVIL
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 1.000.000,00
	CUSTEIO: R\$ 500.000,00
	Valor total da ação: R\$ 1.500.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	- PISTOLA 9MM PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 1.000.000,00 - AQUISIÇÃO DE MUNIÇÃO PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 500.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilizar pistolas calibre 9mm e munições para policias civis lotados no interior e na região metropolitana.
Formas de Mensuração	Por meio de relatório de substituição de armamento e entrega de munição expedido pela PC/PI.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniament ode Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

6.5 AÇÃO 7 (META PC): AQUISIÇÃO DE PROJETO DO PRÉDIO DA NOVA SEDE DA POLÍCIA CIVIL PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 150.000,00

Contextualização do problema;

A Polícia Civil tem como sede atualmente a Delegacia Geral, localizada em um prédio antigo, sem a infraestrutura necessária para abrigar adequadamente todos os setores que compõem a administração da Polícia Civil. O projeto de um prédio de 4 pavimentos, orçado em aproximadamente 3 milhões de reais, a ser construído em terreno de propriedade do Estado, comportará a Delegacia Geral, a Corregedoria, o setor de inteligência da Polícia Civil e outras unidades administrativas, concentrando em um único local a administração policial, trazendo uma economia de recursos e a otimização do efetivo. "

Análise diagnóstica do problema;

A sede da Delegacia Geral possui apenas 13 salas, e não comporta atualmente o setor de Gestão de Pessoas, o setor de transportes, o setor de material e patrimônio, não possui almoxarifado, não está estruturado com recursos de segurança orgânica e possui uma estrutura física que coloca em risco os funcionários e as pessoas em atendimento na unidade. O novo prédio, além de comportar todos os setores necessários para o funcionamento da administração da PC, ainda abrigará outras unidades administrativas, gerando economia e efetividade nas ações da PC.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da

Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

XXIII - priorizar políticas de redução da letalidade violenta;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

- Redução:

e) da vitimização dos profissionais de segurança pública;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação;

Mediante a feita dos projetos do novo prédio da Polícia Civil, buscar-se-á centralizar o atendimento ao cidadão. Cronograma físico-financeiro. Centralização das unidades estratégicas da Instituição em um mesmo prédio. Eficiência e segurança orgânica.

Indicadores;

O Projeto em si entregue à Delegacia Geral, apto ao prosseguimento das etapas de captação de recursos e execução da obra.

Resultados Esperados;

Disponibilizar um projeto moderno que comporte as necessidades da polícia judiciária do Estado.

Formas de mensuração;

Por meio de relatório de análise técnica expedido pela própria Delegacia Geral do Estado.

Extrato da ação;

Cronograma físico-financeiro.

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 7 (META PC): AQUISIÇÃO DE PROJETO DO PRÉDIO DA NOVA SEDE DA POLÍCIA CIVIL PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 150.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA CIVIL
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: XXX CUSTEIO: R\$ 150.000,00 Valor total da ação: R\$ 150.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA : AQUISIÇÃO DE PROJETO DO PRÉDIO DA NOVA SEDE DA POLÍCIA CIVIL PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 150.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilizar um projeto moderno que comporte as necessidades da polícia judiciária do Estado.
Formas de Mensuração	Por meio de relatório de análise técnica expedido pela própria Delegacia Geral do Estado..

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO					
2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					

JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

6.6 AÇÃO 8 (META PC): AQUISIÇÃO DE DRONES PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO : R\$ 61.000,00

Contextualização do problema;

A Polícia Civil do Piauí não possui DRONES em operacionalidade para atender às demandas das atividades de investigação e de cumprimento de mandados.

Com o auxílio de imagens de drones, a Polícia Civil monitora o tráfico de drogas, acompanham tentativas de fugas e registram o trabalho para estudo. Esses são exemplos de atividades policiais que são otimizadas diante do uso desses equipamentos. É a priorização do uso de tecnologias na atividade investigativa e de inteligência, traduzidas como o cerne de atuação da Polícia Judiciária.

Para tanto, faz-se necessária a aquisição desses equipamentos.

Análise diagnóstica do problema;

A Polícia Civil não dispõe de equipamentos de drones em pleno funcionamento.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

XXIII - priorizar políticas de redução da letalidade violenta;

XXIV - fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

A ação contemplará em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da Polícia Civil nesta fase se dará por meio da aquisição de Drone, os quais serão utilizados para otimização e modernização do trabalho de investigação da polícia judiciária.

Indicadores;

Número de drones adquiridos para atividade da polícia judiciária

Resultados Esperados;

Disponibilizar um Drone para a Delegacia Geral, voltado ao atendimento de ocorrências na capital e região metropolitana.

Formas de mensuração;

Por meio de relatório de utilização e resultados expedido pela PC/PI.

Extrato da ação;**Cronograma físico-financeiro.**

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 8 (META PC): AQUISIÇÃO DE DRONES PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO : R\$ 61.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA CIVIL
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 61.000,00 CUSTEIO: XXX Valor total da ação: R\$ 61.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA : AQUISIÇÃO DE DRONES PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO : R\$ 61.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilizar um Drone para a Delegacia Geral, voltado ao atendimento de ocorrências na capital e região metropolitana.
Formas de Mensuração	Por meio de relatório de utilização e resultados expedido pela PC/PI.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;
CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

6.7

AÇÃO 9 (META PC): AQUISIÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 525.000,00**Contextualização do problema;**

Há uma percepção da Secretaria Estadual de Segurança Pública no sentido de que há oportunidades de melhoria nos processos de oferta do serviço de Segurança Pública à população, bem como de gestão, assentado em duas premissas básicas: aprofundar a racionalização dos recursos humanos e logísticos e incrementar os níveis de qualidade dos serviços prestados pelas forças estaduais de segurança.

Neste diapasão, identificou-se a necessidade do aperfeiçoamento dos profissionais sejam por seus adestramentos operacionais ou um aprofundamento nas atividades teóricas de suas respectivas competências, incluindo o planejamento, execução, coordenação, controle e avaliação de resultados, uma vez que o processo atual possui baixa intensidade tecnológica, além de ser bastante fragmentado em virtude da própria estrutura departamentalizada das organizações.

Neste sentido, a SSP/PI entendeu que o primeiro passo seria uma nivelção de conhecimentos básicos de cada instituição de segurança.

Análise diagnóstica do problema;

A oferta de cursos de curta duração tentando adestramento operacional ou atualização teórica é política de formação contínua da SSP/PI, de forma que são lançados calendários anuais de cursos ofertados. Os cursos são, também, critério de pontuação para ascensão na carreira policial.

Atualmente o estado do Piauí tem aproximadamente 6 mil policiais militares, 3 mil policiais civis e 400 bombeiros militares, devendo, portanto, ofertar contínuo treinamento, atualização e formação para buscar excelência na prestação do serviço de segurança pública. "

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de

ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

XI - estimular a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais, em consonância com esta Política, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal;

XXIII - priorizar políticas de redução da letalidade violenta;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

- Redução:

e) da vitimização dos profissionais de segurança pública;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação;

Trata-se de reaparelhamento das instituições em seu bem mais valioso, as pessoas. Com o treinamento contínuo busca aprimorar todo o ciclo de prestação do serviço de segurança pública, melhorando a prevenção e otimizando a atuação no enfrentamento a criminalidade, buscando a excelência na prestação do serviço.

Indicadores;

Número de policiais civis capacitados em combate a criminalidade violenta e crime organizado.

Resultados Esperados;

Capacitar 60 policiais nas temáticas de combate a criminalidade violenta e crime organizado.

Formas de mensuração;

Quantidade de alunos formados por meio de certificados de conclusão de curso.

Extrato da ação;

Cronograma físico-financeiro.

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 9 (META PC): AQUISIÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 525.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA CIVIL
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 525.000,00 CUSTEIO: XXX Valor total da ação: R\$ 525.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	AQUISIÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO: R\$ 525.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Capacitar 60 policiais nas temáticas de combate a criminalidade violenta e crime organizado.
Formas de Mensuração	Quantidade de alunos formados por meio de certificados de conclusão de curso.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO					
2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

6.9 AÇÃO 10 (META PC): AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E DISTINTIVOS PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO 6: R\$ 196.741,90

Contextualização do problema;

O desempenho das atribuições constitucionais e legais, de exercício do poder de polícia pelos agentes de Segurança Pública, pressupõe interação direta com os cidadãos e a pronta identificação dos agentes pelos cidadãos. O uniforme, portanto, desponta como elemento de comunicação visual primordial para a consecução da necessária identificação pelos cidadãos e a consequente legitimação do poder de polícia e prerrogativas institucionais o porte aberto de armas de fogo, franco acesso aos locais sob fiscalização do órgão; a prioridade nos meios de transporte e comunicação.

Inúmeros estudos apontam no sentido de que o uniforme policial é extremamente importante na formação das impressões dos cidadãos quanto ao desempenho da polícia, nesse sentido aponta-se o seguinte trecho extraído do Journal de Justiça Criminal[BELL, Daniel J. Police uniforms, attitudes, and citizens. Journal of Criminal Justice, Volume 10, Issue 1, Pages 45-55]dos Estados Unidos: O uniforme policial tem sido um ingrediente essencial na percepção do desempenho da polícia, influenciando as atitudes e o comportamento dos policiais e dos cidadãos com quem eles interagem. [...]. Consequentemente, quando o uniforme do policial é alterado, há uma mudança correspondente na atitude do cidadão em relação à polícia. (Tradução nossa)

Análise diagnóstica do problema;

Existe uma necessidade constante de renovação dos fardamentos das instituições de segurança pública. Diante da limitação de recursos, mesmo já se adquirindo uma significativa quantidade de fardamento, é ideal que cada operador tenha no mínimo 2 fardamentos novos a cada dois anos, o que previne o desbotamento e a aparência puída que pode desdignificar o operador. Desta forma, a intenção de aquisição total nesta ação, mesmo que ela perdure pelos demais exercícios financeiros, é de adquirir 12 mil fardamentos para a PM/PI, 6 mil fardamentos para a PC/PI e 800 fardamentos para o CBM, ou seja, o dobro do efetivo atual.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da Polícia Civil nesta fase se dará por meio da aquisição de distintivos e fardamento, os quais serão distribuídas em todo o Estado por sua Diretoria de Patrimônio, conforme demanda planejada pelo delegado geral.

Indicadores;

Número de distintivos e fardamentos distribuídos e entregues aos Policiais Civis do Estado do Piauí.

Resultados Esperados;

Disponibilizar os distintivos e os fardamentos aos policiais civis lotados no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Por meio de relatório de distribuição e disponibilização dos objetos, expedido pela PC/PI.

Extrato da ação;**Cronograma físico-financeiro.**

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 10 (META PC): AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E DISTINTIVOS PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO 6: R\$ 196.741,9	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA CIVIL
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: CUSTEIO: R\$ 196.741,90 Valor total da ação: R\$ 196.741,90
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	- DISTINTIVOS PARA A PC-PI - VALOR: R\$ 150.000,00 - AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA A PC-PI - VALOR: R\$ 46.741,90
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilizar os distintivos e os fardamentos aos policiais civis lotados no interior e na região metropolitana.
Formas de Mensuração	Por meio de relatório de distribuição e disponibilização dos objetos, expedido pela PC/PI.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

6.10

AÇÃO 11 (META PC): AQUISIÇÃO DE ALGEMAS PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 85.000,00**Contextualização do problema;**

A SSP/PI com foco na melhoria contínua de suas capacidades organizacionais, cuja premissa básica e objetivo maior é atender as necessidades e expectativas dos destinatários de seus serviços, vem buscando o aprimoramento de suas ações e a otimização de seus trabalhos.

Dentro desta perspectiva, é fundamental que a um profissional de segurança pública, esposto e ciente de suas responsabilidades perante o público, seja dado condições de prestar seus serviços com a excelência e probidade que a população confia e espera. Sem desprezar seu inescusável respeito aos direitos humanos, à participação social e à manutenção qualitativa e quantitativa das capacidades humanas, é razoável afirmar que um policial bem equipado, portando armamentos desenvolvidos com tecnologias inovadoras, contribui para a prestação de serviços cada vez mais qualificados. É neste sentido que a SSP/PI se vê no imperioso compromisso de prover suporte logístico adequado a seu efetivo policial para o fiel e satisfatório cumprimento de sua missão institucional."

Análise diagnóstica do problema;

Diante da natureza do equipamento, do uso cotidiano por parte das delegacias, e da necessidade de manter estoques nas unidades. No último semestre, a PCPI recebeu 2000 algemas para uso em todo o Estado, número inócuo para atender as demandas diárias, havendo necessidade de aquisição de novos equipamentos.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da Polícia Civil nesta fase se dará por meio da aquisição de algemas, as quais serão adquiridas em todo o Estado por sua Diretoria de Patrimônio, conforme demanda planejada pelo delegado geral.

Indicadores;

Número de Algemas devidamente distribuídas aos Policiais Cíveis do Estado através da Delegacia Geral

Resultados Esperados;

Disponibilizar algemas de qualidade para policias civis lotados no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Por meio de relatório de entrega dos equipamentos para os servidores da PCPI.

Extrato da ação;

Cronograma físico-financeiro.

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 11 (META PC): AQUISIÇÃO DE ALGEMAS PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 85.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA CIVIL
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 85.000,00 CUSTEIO: XXX Valor total da ação: R\$ 85.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA: AQUISIÇÃO DE ALGEMAS PARA A PC-PI - VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 85.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilizar algemas de qualidade para policias civis lotados no interior e na região metropolitana.
Formas de Mensuração	Por meio de relatório de entrega dos equipamentos para os servidores da PCPI.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimônio de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimônio de Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; - Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

6. META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR – R\$ 3.389.236,88
7.1 AÇÃO 12: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO- Valor da Ação 01 - R\$ 1.180.236,88

Contextualização do problema;

O serviço operacional e o treinamento de salvamento em altura desenvolvido pelo CBMEPI é imprescindível para o desempenho qualitativo das ocorrências. Para mantermos os níveis de excelência neste segmento, são necessárias aquisições constantes de diversos tipos de materiais. Esses objetos são extremamente essenciais para o desenvolvimento das atividades de salvamento em altura e em outras atividades que necessitem destes equipamentos, sem os quais, não se tem os meios mínimos necessários ao cumprimento das missões de salvamento. Devido à necessidade de impor um padrão de tipos de equipamentos disponíveis nas unidades de atendimento a emergências do Corpo de Bombeiros, a aquisição dos equipamentos deste pedido de compras permitirá um poder operacional uniforme nas unidades de ensino e instrução de salvamento desta Corporação.

Análise diagnóstica do problema;

Hoje o CBM-PI não possui equipamentos de melhor qualidade e modernos o suficiente para que o Salvamento em seus mais diversos eixos (Aquático, terrestre e em altura) possa ser feito sob o prisma da segurança máxima aos operadores, bem como às vítimas que necessitam ter sua integridade física resguardada ao máximo possível. Nesse sentido, a seleção dos modelos de equipamentos deste documento, cada qual em suas especializações, foi feita por meio de estudos sobre as técnicas que são utilizadas no CBMEPI e das que estão sendo ensinadas nas unidades de ensino e instrução. A proposta de compras é destinada ao equipamento coletivo para distribuição para os quartéis operacionais do CBMEPI distribuídos pelo Estado do Piauí, quais sejam:

1. Quartel do Comando Geral (1º BBM e 1ª cia incorporada) (Teresina-PI)
2. 2º Batalhão de Bombeiros Militar (Parnaíba-PI)
3. Companhia Destacada de Picos-PI
4. Companhia Destacada de Floriano-PI
5. 1ª Cia Independente - Salvamento (Teresina-PI)
6. 3ª Cia Independente - Resgate (Teresina-PI)
7. Companhia Destacada de Piripiri-PI
8. 8º Grupamento de Bombeiros (São Raimundo Nonato-PI)

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação;

O uso das novas ferramentas se dará no cotidiano do CBM-PI, quando da necessidade de salvamento em terra, água ou em situações onde a altura é o maior obstáculo para o salvamento. Desta forma, apesar das ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros Militar ocorrerem, em sua grande maioria, em ambiente terrestre, até mesmo por se tratar do habitat natural dos seres humanos, em algumas outras situações elas podem acontecer em ambientes diferentes, como aquelas envolvendo vítimas presas em altura ou mesmo animais, nessas mesmas condições.

Por isso, a aquisição de novos equipamentos de salvamento em altura é de extrema importância para o atendimento de eventuais ocorrências que são de responsabilidade do CBMEPI, uma vez que haverá um maior aperfeiçoamento e modernização da estrutura operacional, gerando uma maior qualidade e eficiência do serviço prestado.

Indicadores;

Número de equipamentos a serem utilizados e renovados para o salvamento de vítimas em diversos habitats.

Resultados Esperados;

Disponibilizar nas unidades do CBM novos equipamentos de salvamento e resgate.

Formas de mensuração;

Disponibilizar nas unidades do CBM novos equipamentos de salvamento e resgate.

Extrato da ação;

Cronograma físico-financeiro.

META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	
AÇÃO 12: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO- Valor da Ação 01 - R\$ 1.180.236,88	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 889.816,88 CUSTEIO: R\$ 290.420,00 Valor total da ação: R\$ 1.180.236,88
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO EM ALTURA – Valor: R\$ 220.000,00 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO TERRESTRE – Valor: R\$ 536.070,00 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO AQUÁTICO – Valor: R\$ 424.166,88
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilizar nas unidades do CBM novos equipamentos de salvamento e resgate.
Formas de mensuração;	Relatórios de distribuição, substituição e utilização dos equipamentos a ser emitido pelo próprio Comando Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Piauí.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

					O
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

7.2 **AÇÃO 13 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR - VALOR DA AÇÃO 03 - R\$ 318.500,00**

Contextualização do problema;

De acordo com a Lei Nº 5.483, de 10 de agosto de 2005, é competência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí prestar socorro e atendimento médico emergencial e pré-hospitalar, nos casos de acidentes com vítimas ou a pessoas em iminente perigo de morte.

Tendo em vista que o Corpo de Bombeiros Militar atende ocorrências desta natureza em todo o território do Estado, e que para essas atividades possam ser realizadas respeitando a segurança dos militares escalados e das vítimas em questão, é imprescindível o emprego de ferramentas e materiais que possibilitem o devido cumprimento destes resgates, ferramentas estas que devem estar em plenas condições de uso e que devem ser renovadas periodicamente em todas as unidades do CBMEPI, tendo em vista que em sua grande parte são descartáveis ou de rápido desgaste, e que este tipo de atendimento requer um cuidado com a segurança e saúde do militar, tendo em vista o alto risco de infecção."

Análise diagnóstica do problema;

No período de 01/01/2021 a 23/08/2022, o CBMEPI atendeu cerca de 2200 ocorrências de natureza de atendimento pré-hospitalar, conforme relatório gerado pelo sistema SICAD-PI.

Atualmente, as ferramentas existentes em todas as unidades do CBMEPI para este tipo de atendimento estão em quantidades insuficientes, criando dificuldade em certas resoluções e no amplo atendimento a todo o território do Estado.

A 3ª companhia Independente (Resgate), responsável por esse tipo de atendimento em Teresina – Piauí, fez diversas solicitações de materiais ao longo do último ano, que infelizmente não puderam ser atendidas em sua totalidade. Apesar dos esforços para renovação do material, a necessidade é urgente, tendo em vista renovação gradual dos materiais descartáveis e o desgaste dos materiais permanentes.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

Todo o território do Estado do Piauí, principalmente as unidades: 1. Quartel do Comando Geral (1º BBM e 1ª cia incorporada) (Teresina-PI), 2. 2º Batalhão de Bombeiros Militar (Parnaíba-PI), 3. Companhia Destacada de Picos-PI, 4. Companhia Destacada de Floriano-PI, 5. 1ª Cia Independente - Salvamento (Teresina-PI), 6. 3ª Cia Independente - Resgate (Teresina-PI), 7. Companhia Destacada de Piripiri-PI e 8. 8º Grupamento de Bombeiros (São Raimundo Nonato-PI), assim das 3 unidades em fase de projeto, de acordo com o determinado na Lei nº 7.772 de 04 de abril de 2022: 1. Grupamento de Bombeiros (Oeiras), 2. 9º Grupamento de Bombeiros (Bom Jesus) e 3. 10º Grupamento de Bombeiros (Uruçuí).

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento nesta fase se dará através da aquisição de Equipamentos de Atendimento Pré-Hospitalar, que serão distribuídos com a finalidade de substituir aqueles já obsoletos e de somar aos equipamentos já existentes, fortalecendo o CBM-PI no atendimento às ocorrências em que haja necessidade de intervenções de urgência. As etapas serão: Elaboração de termos de Referência, Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação, Licitação e publicação, Recursos e Adjudicações, Assinatura de Contratos e Expedição de Ordem de Fornecimento. Após o recebimento dos objetos, os mesmos serão distribuídos em todas as unidades do Corpo de Bombeiros, conforme necessidade.

Por isso, a aquisição de novos equipamentos de atendimento hospitalar é de extrema importância para o atendimento de eventuais ocorrências que são de responsabilidade do CBMEPI.

Impactos esperados;

O objetivo da aquisição deste material é o melhor atendimento às ocorrências de competência do CBMEPI de natureza de atendimento pré-hospitalar, assim como a garantia da segurança dos militares que estarão de serviço.

Indicadores;

Número de kit APH-Tático distribuído nas unidades do CBM.

Resultados Esperados;

Disponibilizar ao menos um kit APH-Tático para as unidades do CBM.

Formas de mensuração;

Será possível mensurar a devida aplicação dos equipamentos adquiridos através dos relatórios produzidos pelo sistema SICAD-PI, que armazena todas as ocorrências atendidas pelo CBMEPI. Através dos relatórios, poderá ser visto se houve aumento no número de ocorrências de atendimento pré-hospitalar, assim como a satisfação da população em relação a estas. Outra forma de mensuração será a quantidade de processos de solicitação enviadas ao Comando Operacional do CBMEPI, por esse tipo de material.

Extrato da ação;**Cronograma físico-financeiro.**

META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	
Ação 13 - Aquisição de Equipamentos de Atendimento Pré-Hospitalar - Valor da Ação 03 - R\$ 318.500,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 242.000,00 CUSTEIO: R\$ 76.500,00 Valor total da ação: R\$ 318.500,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	Meta específica 1 - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA) (10 UNIDADES) - R\$ 178.000,00 Meta específica 2 - MACA ENVELOPE (TIPO SKED) (25 UNIDADES) - R\$ 35.000,00 Meta específica 3 - PRANCHÃO DE SALVAMENTO LONGBOARD (20 UNIDADES) Meta específica 4 - OXÍMETRO (20 UNIDADES) - R\$ 3.000,00 Meta específica 5 - AMBU ADULTO COM RESERVATÓRIO (20 UNIDADES) - R\$ 5.000,00 Meta específica 6 - AMBU PEDIÁTRICO COM RESERVATÓRIO (20 UNIDADES) - R\$ 4.000,00 Meta específica 7 - AMBU NEONATAL COM RESERVATÓRIO (20 UNIDADES) - R\$ 4.000,00 Meta específica 8 - BOLSA DE APH (TAMANHO G) (20 UNIDADES) - R\$ 4.000,00 Meta específica 9 - AFERIDOR DE PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL (20 UNIDADES) - R\$ 4.000,00 Meta específica 10 - KIT DE TALAS MOLDÁVEIS (VÁRIOS TAMANHOS) (20 UNIDADES) - R\$ 10.000,00 Meta específica 11 - GLICOSÍMETRO (20 UNIDADES) - R\$ 5.000,00 Meta específica 12 - BOLSA DE PRIMEIRO SOCORROS COMPLETA (50 UNIDADES) - R\$ 22.500,00 Meta específica 13 - COLAR CERVICAL (VÁRIOS TAMANHOS) (80 UNIDADES) - R\$ 16.000,00 Meta específica 14 - TORNIQUETE TÁTICO (80 UNIDADES) - R\$ 28.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilizar ao menos um kit APH-Tático para as unidades do CBM.
Formas de mensuração;	Será possível mensurar a devida aplicação dos equipamentos adquiridos através dos relatórios produzidos pelo sistema SICAD-PI, que armazena todas as ocorrências atendidas pelo CBMEPI.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamentode Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

7.3

Ação 14 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO - Valor da Ação 04 - R\$ 1.890.500,00**Contextualização do problema;**

De acordo com a Lei Nº 5.483, de 10 de agosto de 2005, é competência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí realizar prevenção e extinção de

incêndios em cidades, florestas e matas, visando à proteção do meio ambiente. O Corpo de Bombeiros do Piauí conta com um efetivo de 350 bombeiros militares que atendem a todas as solicitações dentro do território piauiense. As demandas cada vez maiores da sociedade exigem maior capacidade de resposta de nossa Corporação. As situações de sinistros se apresentam com tendência de crescimento em número e em grau de risco, exigindo maiores esforços dos bombeiros em sua contenção. No ano de 2015 foram 2.617 ocorrências atendidas relacionadas a combate a incêndios. No ano de 2016, o Corpo de Bombeiro atuou em 2.665 solicitações e no ano de 2017, até o mês de novembro, foram mais de 2.100 incidentes. De acordo com o g1.com.br, O Piauí concentrou nos primeiros nove dias de setembro quase 8% do total de focos de incêndio registrados no Brasil, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Ao todo, já foram 776 focos de queimadas registrados no estado, a 5ª maior quantidade entre os estados, no ano de 2021. Para fazer frente à realidade, necessário renovar e reforçar o poder logístico da Corporação. O reaparelhamento operacional do CBMEPI, ação importante no escopo de fortalecimento de ações de respostas da Corporação e da elevação da qualidade da prestação dos serviços de bombeiros no cumprimento do dever constitucional, respondendo aos anseios da sociedade piauiense no que diz respeito à proteção de vidas e patrimônio.

Análise diagnóstica do problema;

No período de 01/01/2021 a 23/08/2022, o CBMEPI atendeu cerca de 3500 ocorrências de natureza de combate a incêndio, conforme relatório gerado pelo sistema SICAD-PI.

Atualmente, as ferramentas existentes em todas as unidades do CBMEPI para este tipo de atendimento estão em quantidades insuficientes, criando dificuldade em certas resoluções e no amplo atendimento a todo o território do Estado.

O CBMEPI recebeu recentemente 8 pick-ups que podem ser utilizadas para combate a incêndio florestal, porém estas não possuem ainda o kit contra combate a incêndio, essencial para sua adaptação para resolução desse tipo de ocorrência. Além disto, é necessário a reposição de algumas ferramentas existentes no CBMEPI atualmente, que já se encontram em estado defasado (como mochilas costais e abafadores, por exemplo). Outra necessidade é a de renovação do fardamento para os 350 militares do CBMEPI, que em sua forma ideal deveria acontecer 2 (duas) vezes ao ano, tendo em vista o rápido desgaste devido à natureza das ocorrências atendidas. Como o militar costuma adentrar em áreas florestais/de grande vegetação para combater os incêndios, o fardamento costuma sofrer avarias (pequenas queimaduras, rasgões ou manchas), devendo ser repostos para garantir a segurança do militar.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

Todo o território do Estado do Piauí, em especial as unidades 1. Quartel do Comando Geral (1ª BBM e 1ª cia incorporada) (Teresina-PI), 2. 2º Batalhão de Bombeiros Militar (Parnaíba-PI), 3. Companhia Destacada de Picos-PI, 4. Companhia Destacada de Floriano-PI, 5. 1ª Cia Independente - Salvamento (Teresina-PI), 6. 3ª Cia Independente - Resgate (Teresina-PI), 7. Companhia Destacada de Piri-piri-PI e 8. 8º Grupamento de Bombeiros (São Raimundo Nonato-PI), assim das 3 unidades em fase de projeto, de acordo com o determinado na Lei nº 7.772 de 04 de abril de 2022: 1. Grupamento de Bombeiros (Oeiras), 2. 9º Grupamento de Bombeiros (Bom Jesus) e 3. 10º Grupamento de Bombeiros (Uruçuí).

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento das unidades do CBMEPI se dará por meio da aquisição dos equipamentos para combate a incêndio florestal, abaixo citados:

KIT DE COMBATE A INCÊNDIO – (20 UNIDADES)

MOCHILA COSTAL 20L (40 UNIDADES)

ABAFADOR - (50 UNIDADES)

MACHADO TIPO PULASKI - (50 UNIDADES)

LIQUIDO GERADOR DE ESPUMA AFFF/ARC 3% E 6% - 20 LITROS - (350 UNIDADES)

CONJUNTO COMPLETO DE FARDAMENTO – (1000 UNIDADES)

As etapas serão: Elaboração de termos de Referência, Elaboração e Publicação dos Editais de Licitação, Licitação e publicação, Recursos e Adjudicações, Assinatura de Contratos e Expedição de Ordem de Fornecimento. Após o recebimento dos objetos, os mesmos serão distribuídos em todas as unidades do Corpo de Bombeiros, conforme necessidade.

Indicadores;

Quantidade de equipamentos a serem distribuídos nas unidades que Comando Geral do CBM-PI determinar como prioridade ao combate de incêndios, baseando-se em dados do próprio corpo de bombeiros.

Resultados Esperados;

Disponibilização de equipamentos completos necessários ao combate de incêndios aos Bombeiros Militares lotados no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Relatório de distribuição e utilização dos equipamentos, bem como relatórios sobre o combate anual de incêndios no Estado, a ser emitido pelo próprio Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí.

Extrato da ação;**Cronograma físico-financeiro.**

META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	
Ação 14 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO - Valor da Ação 04 - R\$ 1.890.500,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 474.500,00 CUSTEIO: 1.416.000,00 Valor total da ação: R\$ 1.890.500,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	Meta específica 1 - KIT DE COMBATE A INCÊNDIO – (20 UNIDADES) - R\$ 450.000,00 Meta específica 2 - MOCHILA COSTAL 20L (40 UNIDADES) - R\$ 44.000,00 Meta específica 3 - ABAFADOR - (50 UNIDADES) - R\$ 6.000,00 Meta específica 4 - MACHADO TIPO PULASKI - (50 UNIDADES) - R\$ 18.500,00 Meta específica 5 - LIQUIDO GERADOR DE ESPUMA AFFF/ARC 3% E 6% - 20 LITROS - (350 UNIDADES) - R\$ 362.000,00 Meta específica 6 - CONJUNTO COMPLETO DE FARDAMENTO – (1000 UNIDADES) - R\$ 700.000,00 Meta específica 7 - Aquisição de EPI de aproximação (incêndio) - R\$ 310.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização de equipamentos completos necessários ao combate de incêndios aos Bombeiros Militares lotados no interior e na região metropolitana.
Formas de mensuração;	Relatório de distribuição e utilização dos equipamentos, bem como relatórios sobre o combate anual de incêndios no Estado, a ser emitido pelo próprio Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

7. META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA PERÍCIA OFICIAL**8.1 Ação 15 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ANALÍTICOS PARA UTILIZAÇÃO EM PERÍCIA FORENSE- R\$ 1.250.000,00****Contextualização do problema;**

O uso de drogas ilícitas está fortemente correlacionado ao índice de criminalidade de uma população. Investigar mortes em que há suspeita de envolvimento de

substâncias tóxicas passa necessariamente pela análise toxicológica do cadáver para elucidar o caso. É importante que todo profissional envolvido na produção de provas conheça o procedimento a ser adotado em cada fase do processo. Para tanto, a confiabilidade e integridade do laudo produzido pelo perito deve estar amparada pela cadeia de custódia das evidências encontradas.

O laudo de análise toxicológica post mortem, confeccionado pela Polícia Técnica, é um forte instrumento indiciário. O policial envolvido na investigação precisa conhecer o protocolo de produção de provas, pois a preservação do local de crime e a pesquisa de campo é de responsabilidade da autoridade policial e seus agentes.

Rastreio analítico, confirmação, quantificação e interpretação são fases da investigação laboratorial. O rastreio ou "screening" é realizado pela utilização de diferentes métodos, especificamente no caso da cromatografia gasosa acoplada ao espectrômetro de massas, que possui sensibilidade e especificidade elevada, tem como o intuito de triar os resultados negativos e/ou falsos positivos. A maioria dos casos exige a análise quantitativa para posterior interpretação forense. As etapas passam por confirmação através de métodos mais específicos, permitindo quantificar a presença de substâncias suspeitas.

O crescente aumento da criminalidade tem invadido drasticamente o cotidiano dos cidadãos das grandes cidades e suas respectivas periferias, com destaque para os crimes contra a vida envolvendo direta ou indiretamente o tráfico de drogas, crimes contra liberdade sexual, contra grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, mulheres e idosos). Esta realidade tem como uma das causas o completo sucateamento dos Órgãos Periciais do Estado Brasileiro, prejudicando diretamente a efetividade dos serviços de investigação e esclarecimento dos crimes, notadamente no que se refere à autoria.

O Piauí é um dos estados remanescentes no Brasil que não realizam exames toxicológicos - de nenhuma natureza: dos mais simples aos que exigem técnicas mais complexas - nas dependências dos órgãos de perícia oficial.

O Instituto de Medicina Legal do Estado do Piauí (IML-PI), por sua vez, não realiza diversas análises indispensáveis na elucidação de crimes, entre elas: exames toxicológicos em órgãos, tecidos, sangue e urina, análise de agentes químicos em geral (defensivos agrícolas, agentes toxicantes), vestígios importantes a serem analisados em cenas de crimes.

Quanto aos recursos tecnológicos necessários à sua função as condições estruturais não atendem à demanda interna, de modo que urge a implementação de novas tecnologias ao Instituto de Medicina Legal do estado do Piauí (IML/PI), viabilizando, desta maneira, fornecer todo o suporte pericial necessário à investigação de crimes que deixam vestígios, robustecendo a Polícia Judiciária e, conseqüentemente, ao Ministério Público e Poder Judiciário no enfrentamento ao crescente número de crimes.

Para isso, faz-se necessária a aquisição de equipamento com eficácia amplamente reconhecida no mundo forense, que são capazes de realizar exames toxicológicos de forma célere e com metodologia certificada, nessa esteira tem-se como principal representante o cromatógrafo gasoso acoplado a espectrômetro de massas com analisador triplo quadrupolo (GC-MS-MS), como uma das principais técnicas adotadas em grandes centros periciais no Brasil e no mundo.

Ademais, o fato da perícia oficial do Estado do Piauí possui em seu parque instrumental um GC-MS/MS, isto fomentará o desenvolvimento em um horizonte de curto/médio prazo ações pertinentes a perícias ambientais, dando suporte técnico, por meio de laudos periciais conclusivos, a recente Delegacia de Crimes Ambientais da Polícia Civil do Piauí.

A Resolução do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) Nº 357, versa acerca das quantidades máximas de compostos químicos orgânicos em amostras ambientais, para tanto o laboratório para ser capaz de analisar de maneira consistente e atender a legislação supracitada, faz-se necessário a presença de equipamentos extremamente sensíveis capazes de detectar e quantificar substâncias diversas em concentrações baixas, como por exemplo o cromatógrafo gasoso com detector triplo quadrupolo.

Análise diagnóstica do problema;

A perícia oficial de natureza criminal no Estado do Piauí não realiza exames toxicológicos, embora esteja em andamento o planejamento de implantação destes exames.

O Ministério Público do Estado do Piauí (MP-PI) vem realizando exaustivamente fiscalizações de controle externo da atividade pericial, e abrindo diferentes processos administrativos com o fito que os exames toxicológicos sejam ofertados no Piauí.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

II - Apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

X - Integrar e compartilhar as informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas;

XXIV - fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios.

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

Serão distribuídos nos laboratórios de toxicologia forense, o qual funcionará nas dependências do Instituto de Medicina Legal do Piauí.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento nesta fase se dará através da aquisição de Equipamentos Analíticos para utilização em perícia forense para modernizar o trabalho da polícia técnico científica, dando mais agilidade e precisão nos procedimentos investigatórios.

Indicadores;

Quantidade de equipamentos entregues a Polícia Técnico Científica.

Resultados Esperados;

Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia forense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e construção de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

Extrato da ação;

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA	
Ação 15 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ANALÍTICOS PARA UTILIZAÇÃO EM PERÍCIA FORENSE- R\$ 1.250.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 1.000.000,00 CUSTEIO: R\$ 250.000,00 Valor total da ação: R\$ 1.250.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	- Aquisição de Cromatógrafo Gasoso Triplo Quadrupolo (GC-MS-MS)+B9:G13B9:G16BB9:L19+B9:G12 – Valor: R\$ 810.000,00 - Aquisição de Balança semi micro analítica com acessórios - Valor: R\$ 190.000,00 - Aquisição de padrões analíticos certificados para o Laboratório de toxicologia forense - Valor: R\$ 250.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia forense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e construção de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.
Formas de mensuração;	Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

8.2 Ação 16 - Modernização do Laboratório de Anatomopatologia - R\$ 400.000,00

Contextualização do problema;

Ultimamente as articulações criminosas tendem a tomar rumos inimagináveis, haja vista que o avanço científico, biocientífico e da telecomunicação também favorecerem os grupos organizados. Mais do que nunca, torna-se imprescindível a utilização de recursos de alta tecnologia, tal como a análise de materiais retirados de tecidos e órgãos dos cadáveres examinados no IML por serem essenciais ao diagnóstico preciso das causas de morte e de lesões. Microscopia é uma ferramenta elementar da patologia, inclusive no que tange ao exame cadavérico, e tem sido assim no último século. É essencial à compreensão e identificação de processos patológicos relacionados com a morte nas suas mais diversas formas. A lista de tópicos em que ela contribui é infindável, podendo-se destacar sua importância na elucidação de doenças infecciosas, causas diversas de morte súbita, doenças cardíacas, cardiovasculares, trombozes e embolias, abuso de substâncias e reações farmacológicas, neuropatologia, patologia do trauma, estudo de reações vitais e idade das lesões, mortes na gravidez e puerpério, patologia fetal, perinatal e pediátrica, citologia forense, etc.

No entanto, até o presente momento, o Estado do Piauí é um dos Estados da federação que não dispõe de equipamentos para o laboratório de anatomopatologia, o que atrapalha demais a investigação dos crimes por não se ter como fazer tais exames. É urgente a implantação desse laboratório no referido IML. Essa implantação beneficiará toda a sociedade piauiense, considerando que a prova material é indispensável para o direcionamento de uma investigação policial e conclusão dos feitos, contribuindo assim, para a redução dos índices de violência e criminalidade, servindo a todo o Estado, como laboratório de referência para os núcleos regionais e macrorregionais; pari passu, é importante se equipar a sala de necropsia e a de antropologia forense, pois é onde ocorrem os principais exames cadavéricos no IML e, além disso, a análise macroscópica é fundamental para o serviço de anatomopatologia, pois é a primeira parte desse exame e onde ocorre a escolha do que será coletado; também importante se equipar a sala de necropapiloscopia; no momento, as duas salas de necropsia do IMLGV têm pouquíssimos equipamentos, necessitando serem equipados com certa urgência. Por óbvio que a identificação dos cadáveres que são examinados tanto na sala de necropsia como no laboratório de anatomopatologia é etapa fundamental; nesse sentido, também é necessário se comprar alguns equipamentos para o laboratório de necropapiloscopia pois o IML ainda não os têm. Na mesma esteira, para cada uma das salas desse laboratório, é necessário se ter insumos suficientes para que os exames possam ser feitos, pelo que sua aquisição em quantitativo adequado é fundamental.

Análise diagnóstica do problema;

Os peritos médicos legistas, lotados no IML-PI, emitem 30 (vinte) laudos por mês.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

II - Apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

X - Integrar e compartilhar as informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas;

XXIV - fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios.

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

Serão distribuídos nos laboratórios de toxicologia forense, o qual funcionará nas dependências do Instituto de Medicina Legal do Piauí.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento nesta fase se dará através da aquisição de Equipamentos Analíticos para utilização em perícia forense para modernizar o trabalho da polícia técnico científica, dando mais agilidade e precisão nos procedimentos investigatórios.

Indicadores;

Quantidade de equipamentos entregues a Polícia Técnico Científica.

Resultados Esperados;

Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia foerense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e cosntrução de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

Extrato da ação;

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA	
Ação 16 - Modernização do Laboratório de Anatomopatologia - R\$ 400.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 400.000,00 CUSTEIO: XXX Valor total da ação: R\$ 400.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	Modernização do Laboratório de Anatomopatologia - R\$ 400.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização dos equiopamentos para o trabalho técnico científico da perícia foerense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e cosntrução de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.
Formas de mensuração;	Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura decontratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBR O
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniament ode Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

8.3 Ação 17 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUXILIARES DE PRESERVAÇÃO E ANÁLISE DE LOCAL DE CRIME - R\$ 530.000,00

Contextualização do problema;

O número de crimes cresceu nos últimos anos em todo o país, sendo que no primeiro semestre de 2020 a região Nordeste foi a mais violenta. No estado do Piauí, segundo relatório de criminalidade de 2020, houve um aumento de 21,12% no número de crimes violentos letais intencionais. Colaboram para esses índices a desestruturação da polícia, em especial da perícia criminal que exerce papel fundamental na apresentação das provas que indiquem autoria e a materialidade, elementos essenciais para o trabalho da polícia e, posteriormente, para que o juiz possa condenar os envolvidos. Em verdade as ocorrências que foram notificadas ao DPTC sofreram aumento no corrente ano segundo dados registrados no Sistema Informatizado de Acompanhamento e Medição de Perícias e Laudos Oficiais –AMPLO. Cabe ainda ressaltar que ocorrências dentro da área de atuação do Núcleo Macrorregional de Perícia Criminal de Parnaíba não integram os dados apresentados.

A perícia criminal, além de atuar fornecendo provas que inocentam suspeitos, pode contribuir substancialmente para o aumento no número de condenações a até mesmo o tamanho das penas. Com o avanço das tecnologias, crimes que eram difíceis de investigar, tornam-se mais fáceis de chegar à autoria por meio do trabalho pericial. Em vista disso, é de suma importância que os investimentos em segurança pública contemplem a perícia, seja nos atendimentos de locais de crime, seja nos laboratórios forenses, visando sempre o desenvolvimento de novas tecnologias e sua estruturação como uma maneira de ampliar o rol de exames periciais disponibilizados pelo Departamento de Polícia Técnico-Científica do Piauí (DPTC-PI), bem como aumentar a confiabilidade dos exames e laudos feitos pelos peritos oficiais.

As perícias forenses, por suas características e complexidades, exigem manutenção periódica de seus laboratórios e modernização da sua rotina de trabalho. Além da necessidade de equipar e repor insumos nas unidades de perícia de Teresina, Picos e Parnaíba, deve-se destacar que, com o de plano de interiorização da perícia no estado, foram criados novos Núcleos Macrorregionais e Regionais de Polícia Técnico-Científica em São Raimundo Nonato, Bom Jesus do Gurgueia, Piripiri, Floriano, Uruçuí e Corrente, núcleos já atuantes e há planejamento para que os demais núcleos criados comecem a atuar no segundo semestre de 2021. Em vista disso, cresce a necessidade de aquisição de equipamentos e insumos para suprir as necessidades desses núcleos e ampliar o atendimento pericial em todo o estado.

Um dos setores da perícia criminal no âmbito do DPTC-PI é o de perícias externas responsável pelo atendimento dos locais de crimes, abrangendo desde as ocorrências mais simples como furtos até as mais complexas como locais de morte violenta. Na análise desses locais torna-se imprescindível que o perito disponha de equipamentos e insumos que permitam o levantamento da materialidade e o exame dos vestígios que possam levar a autoria. Dentre o rol de ferramentas que o perito utiliza em um local de crime podemos destacar a análise de impressões papiloscópicas que exerce um papel fundamental na resolução dos delitos, pois é altamente eficiente na determinação da autoria. Trata-se de uma metodologia simples, de fácil empregabilidade, eficiente e de baixo custo, essencial no trabalho pericial em diversos locais de crime, desde furtos a homicídios. Os insumos de papiloscopia são utilizados em grande quantidade, tanto no setor de perícias externas do DPTC-PI quanto no Instituto de Identificação e necessitam ser periodicamente repostos, além disso, há necessidade de aparelhamento e abastecimento dos novos núcleos de perícia no interior do estado, possibilitando a realização dos trabalhos com excelência e confiabilidade.

Outro setor da perícia criminal que está em fase de implantação no âmbito do DPTC-PI é o de engenharia e meio ambiente, responsável pela perícia em locais relacionados ao furto de energia elétrica e sinais de TV, em locais de incêndios e explosões, em sinistros (desabamentos, desmoronamentos e soterramentos), locais de acidente de trabalho com vítimas fatais, crimes contra a fauna e flora, além de locais que sofreram danos ambientais diversos (solo, água e ar). Entretanto, atualmente, o atendimento dessas demandas encontra-se bastante comprometido, em virtude de não se possuir uma seção específica devidamente aparelhada, o que torna inviável, por vezes, a materialização e caracterização do crime investigado, e uma não responsabilização criminal. Com a possível aprovação do Projeto de Lei 3729/2004, que cria novas regras para o licenciamento ambiental no país, a demanda por perícias relacionadas a meio ambiente deve sofrer um aumento significativo. O referido projeto dispensa de licenciamento várias atividades poluidoras, na prática não serão realizados estudos prévios o que pode acarretar em aumento de ocorrências relacionadas a poluição do ar, da água e do solo. Por fim, diante do aumento substancial dos crimes que demandam atendimento pericial, da necessidade de aparelhamento e reposição de insumos imprescindíveis ao trabalho da perícia, bem como a necessidade de ampliar o rol de exames ofertados pelo DPTC-PI e equipar os núcleos de perícia recém-criados no interior do estado, torna-se indispensável a aquisição dos equipamentos e insumos listados neste documento, a fim de fornecer todo o suporte pericial necessário à investigação de crimes que deixam vestígios.

Análise diagnóstica do problema;

O Piauí registrou, em 2021, o maior número de mortes violentas intencionais dos últimos sete anos: 785. A série histórica informada considera apenas os dados de 2014 a 2021.

Foram mais de duas mortes por dia no estado, segundo o levantamento. Em relação ao ano de 2020, o aumento na taxa de homicídios foi de 12%. Quanto às mortes totais, o aumento foi de 10%. O menor índice do levantamento foi registrado em 2019, quando foram registradas 587 mortes.

Na capital, o número em 2021 foi o maior dos últimos cinco anos, com 336 mortes. Os bairros Santa Maria (Zona Norte), Angelim (Sul), Centro, Pedra Mole (Leste) e Itararé (Sudeste) foram os cinco bairros com mais registros de mortes no ano.

Depois de Teresina, as cidades de Parnaíba (19%), Piripiri (5%), Luís Correia (4%) e Picos (4%) aparecem em seguida, com a maior quantidade de casos."

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

II - Apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

X - Integrar e compartilhar as informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas;

XXIV - fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios.

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;Estratégia de implementação;

Serão distribuídos na sede a Polícia Técnico Científica, que funciona atendendo o interior do Estado e a Região Metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da polícia técnico científica nesta fase se dará por meio de Scanner 3D para local de crime aeronave remotamente pilotada, equipamentos capazes de auxiliar na preservação e análise de local de crime.

Indicadores;

Quantidade de equipamentos entregues a Polícia Técnico Científica.

Resultados Esperados;

Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia foerense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e cosntrução de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

Extrato da ação;

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA	
Ação 17 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUXILIARES DE PRESERVAÇÃO E ANÁLISE DE LOCAL DE CRIME	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 530.000,00 CUSTEIO: XXX Valor total da ação: R\$ R\$ 530.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	- Aquisição de Scanner 3D para local de crime - R\$ 500.000,00 - Aquisição de aeronave remotamente pilotada - Valor da Ação 05 - R\$ 30.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia foerense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e cosntrução de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.
Formas de mensuração;	Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura decontratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniament ode Bens;
CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

8.4 Ação 18 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FOTOGRÁFICOS PARA UTILIZAÇÃO EM PERÍCIA FORENSE - R\$ 165.000,00

Contextualização do problema;

O número de crimes cresceu nos últimos anos em todo o país, sendo que no primeiro semestre de 2020 a região Nordeste foi a mais violenta. No estado do Piauí, segundo relatório de criminalidade de 2020, houve um aumento de 21,12% no número de crimes violentos letais intencionais. Colaboram para esses índices a desestruturação da polícia, em especial da perícia criminal que exerce papel fundamental na apresentação das provas que indiquem autoria e a materialidade, elementos essenciais para o trabalho da polícia e, posteriormente, para que o juiz possa condenar os envolvidos. O registro fotográfico é uma etapas mais importantes durante a análise de local de crime. É através destes registros que o perito cataloga os principais vestígios na cena.

Análise diagnóstica do problema;

Atualmente o Piauí possui na capital 04 (quatro) Institutos periciais (IC, IML, II e IDNA), enquanto que no interior são 09 (noves) centro periciais. Na grande maioria deste polos forense, o perito utiliza o celular para registrar os fatos coletados nas cenas de crime, devido a ausência de máquinas fotográficas.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

II - Apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

X - Integrar e compartilhar as informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas;

XXIV - fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios.

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados; Estratégia de implementação;

Parnaíba, Esperantina, Piri-piri, Teresina, Floriano, Picos, São Raimundo Nonato, Corrente, Uruçui e Bom Jesus.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da polícia técnico científica nesta fase se dará por meio da aquisição de equipamentos de alta performance de fotografia para auxiliar nas rotinas de investigação forense em local de crime.

Indicadores;

Quantidade de equipamentos entregues a Polícia Técnico Científica.

Resultados Esperados;

Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia forense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e construção de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

Extrato da ação;

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA	
Ação 18 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS FOTOGRÁFICOS PARA UTILIZAÇÃO EM PERÍCIA FORENSE - R\$ 165.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 165.000,00
	CUSTEIO: XXX
	Valor total da ação: R\$ 165.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	- Aquisição de câmeras fotográficas - R\$ 150.000,00 - Aquisição de lente fotográfica de 200 mm - Valor da Ação 07 - R\$ 15.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia forense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e construção de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.
Formas de mensuração;	Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; - Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

8.5 Ação 19 - AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO PARA EXTRAÇÃO DE DADOS DE INTERESSE FORENSE (SOFTWARE E LICENÇA PARA 3 ANOS) - R\$ 430.000,00

Contextualização do problema;

O número de crimes cresceu nos últimos anos em todo o país, sendo que no primeiro semestre de 2020 a região Nordeste foi a mais violenta. No estado do Piauí, segundo relatório de criminalidade de 2020, houve um aumento de 21,12% no número de crimes violentos letais intencionais. Colaboram para esses índices a desestruturação da polícia, em especial da perícia criminal que exerce papel fundamental na apresentação das provas que indiquem autoria e a materialidade, elementos essenciais para o trabalho da polícia e, posteriormente, para que o juiz possa condenar os envolvidos. Em verdade as ocorrências que foram notificadas ao DPTC sofreram aumento no corrente ano segundo dados registrados no Sistema Informatizado de Acompanhamento e Medição de Perícias e Laudos Oficiais. Cabe ainda ressaltar que ocorrências dentro da área de atuação do Núcleo Macrorregional de Perícia Criminal de Parnaíba não integram os dados apresentados. A perícia criminal, além de atuar fornecendo provas que inocentam suspeitos, pode contribuir substancialmente para o aumento no número de condenações a até mesmo o tamanho das penas. Com o avanço das tecnologias, crimes que eram difíceis de investigar, tornam-se mais fáceis de chegar à autoria por meio do trabalho pericial. Em vista disso, é de suma importância que os investimentos em segurança pública contemplem a perícia, seja nos atendimentos de locais de crime, seja nos laboratórios forenses, visando sempre o desenvolvimento de novas tecnologias e sua estruturação como uma maneira de ampliar o rol de exames periciais disponibilizados pelo Departamento de Polícia Técnico-Científica do Piauí (DPTC-PI), bem como aumentar a confiabilidade dos exames e laudos feitos pelos peritos oficiais.

Análise diagnóstica do problema;

O Piauí registrou, em 2021, o maior número de mortes violentas intencionais dos últimos sete anos: 785. A série histórica informada considera apenas os dados de 2014 a 2021. Os resultados acima reuniu dados de homicídios, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e infanticídio.

Foram mais de duas mortes por dia no estado, segundo o levantamento. Em relação ao ano de 2020, o aumento na taxa de homicídios foi de 12%. Quanto às mortes totais, o aumento foi de 10%. O menor índice do levantamento foi registrado em 2019, quando foram registradas 587 mortes.

Na capital, o número em 2021 foi o maior dos últimos cinco anos, com 336 mortes. Os bairros Santa Maria (Zona Norte), Angelim (Sul), Centro, Pedra Mole (Leste) e Itararé (Sudeste) foram os cinco bairros com mais registros de mortes no ano.

Depois de Teresina, as cidades de Parnaíba (19%), Piriapiri (5%), Luís Correia (4%) e Picos (4%) aparecem em seguida, com a maior quantidade de casos. Dos 224

municípios, 103 não registraram mortes em 2021.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

II - Apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

X - Integrar e compartilhar as informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas;

XXIV - fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios.

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

O objeto ficará na capital de Teresina na sede do Instituto de Criminalística, podendo também ser utilizado no interior do Estado, à critério da autoridade competente.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da polícia técnico científica nesta fase se dará por meio da aquisição de software capaz de fazer análises mais precisas, elevando o nível de confiabilidade dos resultados de testes necessários no cotidiano policial investigativo.

Indicadores;

Quantidade de equipamentos entregues a Polícia Técnico Científica.

Resultados Esperados;

Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia foerense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e construção de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

Extrato da ação;

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA	
Ação 19 - Aquisição de solução para extração de dados de interesse forense (software e licença para 3 anos) - R\$ 430.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 430.000,00 CUSTEIO: XXX Valor total da ação: R\$ 430.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	Aquisição de solução para extração de dados de interesse forense (software e licença para 3 anos) - R\$ 430.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia foerense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e construção de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.
Formas de mensuração;	Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

8.10 AÇÃO 20 - SOFTWARE PARA MAPEAMENTO 3D POR FOTOGAMETRIA E MEDIÇÕES (LICENÇA PERPÉTUA) - R\$ 30.000,00

Contextualização do problema;

O número de crimes cresceu nos últimos anos em todo o país, sendo que no primeiro semestre de 2020 a região Nordeste foi a mais violenta. No estado do Piauí, segundo relatório de criminalidade de 2020, houve um aumento de 21,12% no número de crimes violentos letais intencionais. Colaboram para esses índices a desestruturação da polícia, em especial da perícia criminal que exerce papel fundamental na apresentação das provas que indiquem autoria e a materialidade, elementos essenciais para o trabalho da polícia e, posteriormente, para que o juiz possa condenar os envolvidos. Em verdade as ocorrências que foram notificadas ao DPTC sofreram aumento no corrente ano segundo dados registrados no Sistema Informatizado de Acompanhamento e Medição de Perícias e Laudos Oficiais. Cabe ainda ressaltar que ocorrências dentro da área de atuação do Núcleo Macrorregional de Perícia Criminal de Parnaíba não integram os dados apresentados. A perícia criminal, além de atuar fornecendo provas que inocentam suspeitos, pode contribuir substancialmente para o aumento no número de condenações a até mesmo o tamanho das penas. Com o avanço das tecnologias, crimes que eram difíceis de investigar, tornam-se mais fáceis de chegar à autoria por meio do trabalho pericial. Em vista disso, é de suma importância que os investimentos em segurança pública contemplem a perícia, seja nos atendimentos de locais de crime, seja nos laboratórios forenses, visando sempre o desenvolvimento de novas tecnologias e sua estruturação como uma maneira de ampliar o rol de exames periciais disponibilizados pelo Departamento de Polícia Técnico-Científica do Piauí (DPTC-PI), bem como aumentar a confiabilidade dos exames e laudos feitos pelos peritos oficiais.

Análise diagnóstica do problema;

O Piauí registrou, em 2021, o maior número de mortes violentas intencionais dos últimos sete anos: 785. A série histórica informada considera apenas os dados de 2014 a 2021. Os resultados acima reuniu dados de homicídios, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e infanticídio.

Foram mais de duas mortes por dia no estado, segundo o levantamento. Em relação ao ano de 2020, o aumento na taxa de homicídios foi de 12%. Quanto às mortes totais, o aumento foi de 10%. O menor índice do levantamento foi registrado em 2019, quando foram registradas 587 mortes.

Na capital, o número em 2021 foi o maior dos últimos cinco anos, com 336 mortes. Os bairros Santa Maria (Zona Norte), Angelim (Sul), Centro, Pedra Mole (Leste) e Itararé (Sudeste) foram os cinco bairros com mais registros de mortes no ano.

Depois de Teresina, as cidades de Parnaíba (19%), Piri-piri (5%), Luís Correia (4%) e Picos (4%) aparecem em seguida, com a maior quantidade de casos. Dos 224 municípios, 103 não registraram mortes em 2021.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

II - Apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das

instituições de segurança pública;

X - Integrar e compartilhar as informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas;

XXIV - fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios.

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

O software ficará à disposição para ser utilizado tanto para prática forense na Capital quanto para servir aos interesses de inquérito das delegacias do Interior do Estado.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da polícia técnico científica nesta fase se dará por meio da aquisição de software capaz de fazer leituras mais rápidas e processamento de dados volumosos, elevando o nível de confiabilidade dos resultados de testes necessários no cotidiano policial investigativo.

Indicadores;

Quantidade de equipamentos entregues a Polícia Técnico Científica.

Resultados Esperados;

Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia forense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e construção de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

Extrato da ação;

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA	
Ação 20 - Software para mapeamento 3D por fotogrametria e medições (licença perpétua) - R\$ 30.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ CUSTEIO: R\$ 30.000,00 Valor total da ação: R\$ R\$ 30.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	Software para mapeamento 3D por fotogrametria e medições (licença perpétua) - R\$ 30.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia forense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e construção de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.
Formas de mensuração;	Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamentode Bens;
CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					

1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimônio dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; - Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

8.11 Ação 21 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS PAPILOSCÓPICOS FORENSES - R\$ 198.011,33

Contextualização do problema;

Ultimamente as articulações criminosas tendem a tomar rumos inimagináveis, haja vista que o avanço científico, biocientífico e da telecomunicação também favorecerem os grupos organizados. Mais do que nunca, torna-se imprescindível a utilização de recursos de alta tecnologia, tal como a análise de materiais retirados de tecidos e órgãos dos cadáveres examinados no IML por serem essenciais ao diagnóstico preciso das causas de morte e de lesões. Microscopia é uma ferramenta elementar da patologia, inclusive no que tange ao exame cadavérico, e tem sido assim no último século. É essencial à compreensão e identificação de processos patológicos relacionados com a morte nas suas mais diversas formas. A lista de tópicos em que ela contribui é infindável, podendo-se destacar sua importância na elucidação de doenças infecciosas, causas diversas de morte súbita, doenças cardíacas, cardiovasculares, trombozes e embolias, abuso de substâncias e reações farmacológicas, neuropatologia, patologia do trauma, estudo de reações vitais e idade das lesões, mortes na gravidez e puerpério, patologia fetal, perinatal e pediátrica, citologia forense, etc.

No entanto, até o presente momento, o Estado do Piauí é um dos Estados da federação que não dispõe de equipamentos para o laboratório de anatomopatologia, o que atrapalha demais a investigação dos crimes por não se ter como fazer tais exames. É urgente a implantação desse laboratório no referido IML. Essa implantação beneficiará toda a sociedade piauiense, considerando que a prova material é indispensável para o direcionamento de uma investigação policial e conclusão dos feitos, contribuindo assim, para a redução dos índices de violência e criminalidade, servindo a todo o Estado, como laboratório de referência para os núcleos regionais e macrorregionais; pari passu, é importante se equipar a sala de necropsia e a de antropologia forense, pois é onde ocorrem os principais exames cadavéricos no IML e, além disso, a análise macroscópica é fundamental para o serviço de anatomopatologia, pois é a primeira parte desse exame e onde ocorre a escolha do que será coletado; também importante se equipar a sala de necropapiloscopia; no momento, as duas salas de necropsia do IMLGV têm pouquíssimos equipamentos, necessitando serem equipados com certa urgência. Por óbvio que a identificação dos cadáveres que são examinados tanto na sala de necropsia como no laboratório de anatomopatologia é etapa fundamental; nesse sentido, também é necessário se comprar alguns equipamentos para o laboratório de necropapiloscopia pois o IML ainda não os têm. Na mesma esteira, para cada uma das salas desse laboratório, é necessário se ter insumos suficientes para que os exames possam ser feitos, pelo que sua aquisição em quantitativo adequado é fundamental.

Análise diagnóstica do problema;

Os peritos médicos legistas, lotados no IML-PI, emitem 30 (vinte) laudos por mês.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital; Razões para que o problema seja alvo de intervenção;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

II - Apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

X - Integrar e compartilhar as informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas;

XXIV - fortalecer os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios.

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

Os insumos serão utilizados nas demandas da polícia técnico científica na Capital bem como para servir aos interesses de inquérito das delegacias do Interior do Estado.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da polícia técnico científica nesta fase se dará por meio da aquisição de insumos papiloscópicos capazes de possibilitar análises mais

precisas, elevando o nível de confiabilidade dos resultados de testes necessários no cotidiano policial investigativo.

Indicadores;

Quantidade de equipamentos entregues a Polícia Técnico Científica.

Resultados Esperados;

Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia foerense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e cosntrução de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

Extrato da ação;

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA	
Ação 21 - Aquisição de insumos papiloscópicos forenses - R\$ 198.011,33	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: CUSTEIO: R\$ 198.011,33 Valor total da ação: R\$ 198.011,33
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	Ação 7 - Aquisição de insumos papiloscópicos forenses - R\$ 198.011,33
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização dos equipamentos para o trabalho técnico científico da perícia foerense no cotidiano de análises necessárias à resolução de crimes e cosntrução de peças de inquérito mediante provas científicas obtidas com o mais alto grau de confiabilidade no interior e na região metropolitana.
Formas de mensuração;	Relatórios acerca da distribuição e utilização dos equipamentos, bem como dos laudos obtidos através das novas aquisições, emitidos pela Perícia Forense do Estado do Piauí.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura decontratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBR O
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniament ode Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBR O
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

8. META GERAL 5: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

9.1 AÇÃO 22 (META 4): Aquisição de Viaturas para SSP- VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 1.000.000,00

Contextualização do problema;

É cediço que, embora já tenha ocorrido investimento nessa área, a política de renovação da frota visa completar os claros decorrentes da exclusão das viaturas

mais velhas, bem como substituir aquelas que começam a apresentar problemas crônicos de manutenção, cujo custo inviabiliza a permanência na frota, uma vez que a despesa anual relativa a reforma de veículo oficiais não poderá exceder a limites antieconômicos.

É importante destacar que as viaturas policiais são submetidas a condições severas de trabalho, vez que são empregadas diuturnamente por motoristas e equipes policiais que se revezam, além do mais, percorrem os mais variados tipos de terrenos, desde áreas nobres, com excelentes níveis de infraestrutura, até as localidades mais carentes, que não possuem, sequer, pavimentação nas vias. Acrescente que, por vezes, as viaturas são exigidas diante da necessidade da realização de deslocamentos e manobras rápidas, especialmente em situações emergenciais, que impliquem riscos à segurança dos policiais e da sociedade, fatores que, somados, contribuem para abreviar a vida útil das viaturas.

Para fazer frente às necessidades operacionais da Instituição, faz-se necessária a aquisição de viaturas policiais, compreendidas como veículos devidamente adaptados. Ainda faz coro ao aqui apresentado recente auditoria do TCE/PI diagnosticando a urgente necessidade de renovação da frota da SSP/PI, PC/PI, PM/PI e CBM/PI, o que se presta a realizar com a presente ação.

Análise diagnóstica do problema;

Neste contexto apresentamos excerto de relatório de auditoria do TCE/PI:

Tomados como amostra o período de janeiro a março de 2020, os relatórios de abastecimento de veículos demonstram que a realização de despesas de caráter antieconômico com manutenção acima de 50% do valor de mercado do veículo. Tomou-se como referência o valor registrado na Tabela FIPE para o mesmo período, adotando-se como critério de antieconomicidade os gastos de manutenção realizados acima de 50% do valor estabelecido na referida tabela. Em razão de alguns modelos possuírem versões diferentes, adotou-se como referência a versão com maior valor.

Dessa forma, foram encontrados exemplos de despesas em percentual antieconômico com a manutenção de veículos, conforme segue: [...]

Além desses veículos, outros foram enquadrados na mesma situação, no Relatório da Diretoria de Fiscalização Especializada (DFESP) deste Tribunal (Processo TC/000610/2020). O Decreto Estadual no 14.386/2011, que disciplina a aquisição, locação e controle dos veículos oficiais do Poder Executivo estabeleceu, em seu artigo 10, algumas situações em que poderá ocorrer a renovação total ou parcial da frota, adotando como critério a economicidade. Dentre as situações listadas inclui em seu inciso IV: "histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão, em breve prazo, percentual antieconômico".

Desta feita a aquisição de viaturas por parte do Sistema de Segurança do Piauí é medida urgente.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

II - Apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

A ação contemplará todo o estado e em especial a região metropolitana da Capital.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da SSP nesta fase se dará por meio da aquisição de veículos, os quais serão utilizados nas rotinas a que se destinarem os planejamentos da gestão, sem veículos adequados para cumprimento de obrigações, há déficit nas ações de segurança pública. Com a ampliação dos meios, buscar-se-á ampliar a atuação da Secretaria de Segurança Pública na busca por uma maior efetividade no atendimento de demandas da população.

Indicadores;

Número de viaturas entregues para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí.

Resultados Esperados;

Disponibilização de viaturas para que a SSP possa fazer a devida distribuição no interior e na região metropolitana.

Formas de mensuração;

Por meio de relatório de substituição e distribuição de viaturas expedido pelo setor de transportes da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Extrato da ação;

INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 1.000.000,00 CUSTEIO: XXX Valor total da ação: R\$ 1.000.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	Aquisição de Viaturas para SSP- VALOR DA AÇÃO 1: R\$ 1.000.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização de viaturas para que a SSP possa fazer a devida distribuição no interior e na região metropolitana.
Formas de mensuração;	Por meio de relatório de substituição e distribuição de viaturas expedido pelo setor de transportes da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamentode Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

9.2 AÇÃO 23 (META 4): Aquisição de Mobiliário para SSP- VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 1.000.000,00

Contextualização do problema;

Incumbe à Secretaria de Segurança Pública promover também a modernização de suas instalações, buscando organizar o ambiente de trabalho tornando-o apto às demandas diariamente recebidas no âmbito da Administração Pública e das rotinas de enfrentamento à criminalidade, inclusive no apoio às forças de segurança pública do Estado do Piauí.

Neste esteio é de extrema importância que para prestar o serviço público almejado, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí tenha uma estrutura mínima adequada para receber com conforto o profissional de segurança e a população em geral.

Análise diagnóstica do problema;

A reequipagem básica é necessária para dar condições mínimas de desempenho das atividades de segurança pública, visto que o investimento não foi significativo nos últimos anos e que os órgãos de controle enfatizam essa necessidade quando fazem análises pertinentes quanto às estruturas dos órgãos públicos.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

II - Apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

A ação contemplará a Secretaria de Segurança do Estado do Piauí em suas necessidades, na Capital e região metropolitana, ou à critério das necessidades dos órgãos que a compõem.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da SSP nesta fase se dará por meio da aquisição de mobiliários, os quais serão utilizados na modernização e adequação ao ambiente de trabalho, tornando a sede da segurança pública estadual um ambiente capaz de comportar de maneira profissional as demandas da segurança pública.

Indicadores;

Quantidade de mobiliário entregue para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí.

Resultados Esperados;

Disponibilização do mobiliário para que a SSP possa fazer a distribuição adequando o recebimento os bens às necessidades do órgão.

Formas de mensuração;

Por meio de relatório de recebimento e distribuição de mobiliário expedido pelo setor responsável pela gestão do patrimônio da instituição.

Extrato da ação;

META GERAL 5: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
AÇÃO 23 (META 5): Aquisição de Mobiliário para SSP- VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 1.000.000,00	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 1.000.000,00 CUSTEIO: XXX Valor total da ação: R\$ 1.000.000,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	Aquisição de Mobiliário para SSP- VALOR DA AÇÃO 2: R\$ 1.000.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização do mobiliário para que a SSP possa fazer a distribuição adequando o recebimento os bens às necessidades do órgão.
Formas de mensuração;	Por meio de relatório de recebimento e distribuição de mobiliário expedido pelo setor responsável pela gestão do patrimônio da instituição.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;
CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

9.3 **AÇÃO 24 (META 4): Curso de Aperfeiçoamento para Perícia Forense para SSP – VALOR DA AÇÃO 3: R\$ 357.373,73**

Contextualização do problema;

Com o avanço do crime como um todo, em suas mais diversas naturezas, em especial as concernentes aos homicídios, tráfico de drogas, bem como a dificuldade das autoridades em obter elementos probatórios para a propositura da ação penal, dentro das necessidades que o avanço tecnológico impõe a sociedade, faz-se necessário a busca de ferramentas que subsidiem a análise e posterior tomada de decisão, e exige dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, a execução de operações técnicas mais qualificadas e apoiadas em arcabouço tecnológico de Equipamentos e Soluções.

A a perícia forense desenvolve trabalhos de análise estratégica, empregando procedimentos sistemáticos, estudos e avaliações, com o objetivo de identificar e compreender as características e modos de atuação das organizações criminosas e de seus componentes.

Análise diagnóstica do problema;

Atualmente, é essencial o trabalho da atividade forense no combate ao crime. No Brasil, apesar das dificuldades e dos inúmeros obstáculos ainda a serem superados, pode-se perceber uma significativa melhoria no combate às organizações criminosas nacionais e transnacionais com a utilização dos recursos de forense. Contexto no qual o Piauí também se insere através da Perícia Forense do Estado.

Fato é que o uso intensivo de tecnologia, o estudo e desenvolvimento de técnicas e metodologia para a produção de informações, com o foco na agregação de valor à produção de provas e a difusão de conhecimento produzidos por meio de análise de casos de alta complexidade e que envolvam grande volume de dados, vêm se demonstrando como fundamental arma no combate ao crime, sendo, assim, necessário, um suporte adequado e constante atualização.

Nesse ambiente, pelo amplo espectro de sua atuação, a Inteligência necessita de profissionais especialmente preparados ao desenvolvimento de tão essencial atividade.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

II - Apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;

A ação contemplará todo o estado, com aplicação para efetivo da polícia forense da capital e unidades regionais das forças de segurança pública.

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da SSP nesta fase se dará por meio da oferta de cursos específicos para aperfeiçoamento do profissional da perícia forense do Estado do Piauí, aplicando técnicas e conceitos modernos na busca por uma maior efetividade no trabalho científico das polícias.

Indicadores;

Número de capacitações realizadas na área de perícia forense aos profissionais que atuam na SSP.

Resultados Esperados;

Capacitar os profissionais já iniciados na atividade de ISP, possibilitando aprimoramento, especialização e profissionalização no ciclo da produção do conhecimento, permitindo-os indicar as tendências imediatas a respeito de determinado fato ou situação, expressando sua certeza ou opinião, com o intuito de assessorar a tomada de decisão.

Formas de mensuração;

Quantidade de alunos formados por meio de certificados de conclusão de curso.

Extrato da ação;

META GERAL 5: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
AÇÃO 24 (META 5): Curso de Aperfeiçoamento para Perícia Forense para SSP – VALOR DA AÇÃO 3: R\$ 357.373,73	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: CUSTEIO: R\$ 357.373,73 Valor total da ação: R\$ 357.373,73
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	Curso de Aperfeiçoamento para Perícia Forense para SSP – VALOR DA AÇÃO 3: R\$ 357.373,73
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Capacitar os profissionais já iniciados na atividade de ISP, possibilitando aprimoramento, especialização e profissionalização no ciclo da produção do conhecimento, permitindo-os indicar as tendências imediatas a respeito de determinado fato ou situação, expressando sua certeza ou opinião, com o intuito de assessorar a tomada de decisão.
Formas de mensuração;	Quantidade de alunos formados por meio de certificados de conclusão de curso.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

9.4 AÇÃO 25 (META 4): Estruturação da Diretoria de Inteligência Estratégica - VALOR DA AÇÃO 4: R\$ 1.967.177,16**Contextualização do problema;**

Diretoria de Inteligência Estratégica, Gerência de Inteligência da Polícia Civil do Estado do Piauí e Gerência de Policiamento do Interior são órgãos pertencentes ao Sistema de Segurança Pública do Estado do Piauí. A atuação deste órgãos requer grau máximo de confiabilidade no armazenamento e tráfego de dados e informações e na produção de conhecimento para tomada de decisões por parte do gestor público de segurança do Estado do Piauí.

Possui 01 (uma) base na capital, Teresina, 05(cinco) delegacias especializadas e 05 (cinco) bases no interior do Estado do Piauí. Este é um órgão de análise de um volume de dados e informação sensíveis diretamente relacionados a atividade de inteligência e atividade de polícia judiciária, produz também relatórios de inteligência que servem de base para que o gestor público de segurança possa tomar decisões.

Análise diagnóstica do problema;

Serão 11 unidades de Implantação e configuração dos equipamentos; prestação de serviço continuados e unidades técnicas de serviços, para cobertura completa da rede de internet e comunicação de dados da Diretoria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí e da Gerência de Inteligência da Polícia Civil do Estado do Piauí. Além disso, a necessidade de utilização de equipamentos de alta tecnologia e de veículos para transporte efetivo

dos representantes entre os municípios do Estado e suas delegacias.

Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital;

A União, com a edição da Lei 13.675/2018, passou a exercer papel central no estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social com o intuito de promover a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de ação conjunta com as forças federais, estaduais e municipais de segurança pública.

Neste sentido, o Plano Estadual de Segurança Pública se encontra alinhado com os princípios e diretrizes contidos no SUSP, principalmente no que diz respeito a Linha de Ação 6 – Repressão Qualificada do Crime e da Violência, Projeto 19 – Modernização das Unidades de Segurança e Defesa Social.

Objetivos e impactos esperados:

Conforme o Art. 6º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, os objetivos da ação são:

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

II - Apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

Conforme o Art. 7º da Port. 483, de 09 de novembro de 2021, os impactos esperados são:

II - Aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social;

– Melhoria da:

b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social; e

c) credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade; e

VII - incremento da percepção subjetiva de segurança.

Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados;Estratégia de implementação;

Os locais contemplados serão TERESINA, PICOS, PARNAÍBA, PIRIPIRI, BOM JESUS, CAMPO MAIOR. O sistema de defesa atuará em sistema de dados da DINTE-PI em compartilhamento com a Gerência de Policiamento do Interior – GPI

Estratégia de implementação;

O reaparelhamento da SSP nesta fase se dará por meio da aquisição de equipamentos para proteção de dados, além de veículos, cursos de pós-graduação e um Drone, os quais serão utilizados na modernização, aparelhamento e adequação do ambiente de trabalho da Diretoria de Inteligência Estratégica.

Indicadores;

Quantidade de equipamentos e bens entregues para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí.

Resultados Esperados;

Disponibilização dos bens e equipamentos para que a SSP possa fazer a distribuição adequada.

Formas de mensuração;

Relatórios de instalação, operação e resultados obtidos a partir da estruturação da Diretoria de Inteligência, além de relatórios de recebimento das viaturas, do drone e todos os documentos necessários à efetiva comprovação do curso de pós-graduação em Gestão Estratégica em Segurança Pública.

Extrato da ação;

META GERAL 5: FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
AÇÃO 25 (META 5): Estruturação da Diretoria de Inteligência Estratégica - VALOR DA AÇÃO 4: R\$ 1.967.177,16	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 1.640.177,16 CUSTEIO: 327.000,00 Valor total da ação: R\$ 1.967.177,16
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	Meta específica 1- Solução composta de equipamentos de "firewall" - R\$369.621,01 Meta específica 2- Aquisição de Veículos para a Diretoria de Inteligência Estratégica - 419.769,05 Meta específica 3- Curso de Pós-Graduação (stricto sensu) - Gestão Estratégica de Segurança Pública - 420h/a - 207.000,00 Meta específica 4- Aquisição de Camionete Cabine Dupla 4x4 - 298.038,05 Meta específica 5- Aquisição de Veículo Hatchback - 252.749,05 Meta específica 6- Aquisição Drones para atividade de inteligência - R\$300.000,00 Meta específica 7- Baterias extras para drones - R\$120.000,00
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização dos bens e equipamentos para que a SSP possa fazer a distribuição adequada.
Formas de mensuração;	Relatórios de instalação, operação e resultados obtidos a partir da estruturação da Diretoria de Inteligência, além de relatórios de recebimento das viaturas, do drone e todos os documentos necessários à efetiva comprovação do curso de pós-graduação em Gestão Estratégica em Segurança Pública.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2022					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída ;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída ;

9. OBJETIVOS: CONFORME A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - PNSPDS - ART. 4º PORTARIA 483/2021

Os entes beneficiados deverão informar dentre os objetivos elencados pelo art. 6º da Lei 13675/2018 da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS, aqueles alinhados aos projetos, atividades e ações apresentados no plano de aplicação de cada um dos eixos.

Objetivos: (Exemplo adequado a ação modelo da proposta)

II - apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

IV – estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, com prioridade para aquelas relacionadas à letalidade da população jovem negra, das mulheres e de outros grupos vulneráveis;

10. IMPACTOS ESPERADOS: ART. 7º PORTARIA 483/2021

Os impactos esperados são mudanças de longo prazo promovidas sobre o aspecto ou as perspectivas futuras sobre seus beneficiários, devendo ser informados pelo ente, de acordo com os projetos, atividades e ações planejadas, alinhadas com a PNSPDS e o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, a EXEMPLO de:

- I - diminuição da demanda por serviços de saúde pública pelos profissionais de segurança;
- II - aprimoramento na prestação de serviço de segurança pública;
- III - Integração sistêmica das unidades de saúde das instituições de segurança pública; e
- IV - fortalecimento do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública.
- V - redução:
 - a) dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
 - b) do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
 - c) dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
 - d) do gasto público em saúde, decorrente da violência;
 - e) dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e da impunidade.
- VI - melhoria:
 - a) na qualidade de vida das pessoas com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
 - b) da credibilidade e confiabilidade das instituições de Segurança Pública; e
 - c) da prestação de serviço de segurança pública;
 - d) aumento da percepção subjetiva de segurança.

11. ASSINATURA


 Rubens da Silva Pereira
 Secretário Estadual de Segurança Pública do Piauí